

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI – UNIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DE LINGUAGEM
CURSO DE MESTRADO

CASSIO PAULO DE CASTRO

A SIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO FINANCEIRO NA IMPRENSA: O
LUCRO ANUNCIADO

POUSO ALEGRE - MG
2018

CASSIO PAULO DE CASTRO

A SIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO FINANCEIRO NA IMPRENSA: O
LUCRO ANUNCIADO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-
graduação em Ciências da Linguagem da
Universidade Vale do Sapucaí.

Área de concentração: Linguagem e
Sociedade

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Telma Domingues da
Silva

POUSO ALEGRE - MG
2018

Castro, Cassio Paulo.

A significação do discurso financeiro na imprensa: o lucro anunciado / Cassio Paulo de Castro. 2018.

90f.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG, 2018.

Orientadora: Profª Drª Telma Domingues da Silva

Discurso Capitalista, Lucro, Contabilidade

CDD 410.1

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada “A SIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO FINANCEIRO NA IMPRENSA: O LUCRO ANUNCIADO” foi defendida em 26 de setembro de 2018, por **CASSIO PAULO DE CASTRO**, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº98008668, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Telma Domingues da Silva
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Profa. Dra. Lídia Noronha Pereira
Universidade do Estado de Minas Gerais– UEMG
Examinadora



Profa. Dra. Renata Chrystina Bianchi de Barros
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPPES

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – Fátima I – Pouso Alegre/MG – CEP: 37554-210– Fones: (35) 3422-9231 e 3449-9248

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao excelente corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí pelos conhecimentos compartilhados acerca da Análise de Discurso.

À minha mãe Maria Aparecida Pereira, em especial, por sempre estar ao meu lado e possibilitar eu chegar até este momento.

À Faculdade Cnec de Varginha (FACECA) pela oportunidade e incentivo a concluir mais uma etapa da vida academia.

Aos alunos, com quem puder dividir as aulas, foram especiais na contribuição e companheirismo para seguirmos juntos esta jornada.

E, em especial, à Professora Doutora Telma Domingues da Silva, pela paciência e competência que conduziu minhas orientações, sem a sua ajuda nada disso seria possível.

“O impossível não é um fato, é uma
opinião”

(Mário Sérgio Cortella)

RESUMO

CASTRO, C. P. **O Lucro com Leitura de Empresa**. 2018. 90f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG.

Vivemos em uma sociedade capitalista e anúncios sobre lucro de determinadas instituições são manchetes corriqueiras em jornais, sejam eles especializados ou não em finanças. Sendo assim, nesta pesquisa, que tem como base teórica a Análise de Discurso Francesa, buscamos analisar manchetes de jornais, cujo tema central seja o anúncio do lucro de instituições financeiras presentes no Brasil. As manchetes analisadas são de um período antes, durante e uma provável melhora do país em relação a crise financeira vivenciada. O lucro está presente nas relações mercantis e é a base do capitalismo. A contabilidade é a tecnologia do capitalismo, ela possibilita que as instituições financeiras atribuam o valor monetário do lucro conquistado, ou seja, é através da contabilidade que as instituições atribuam o lucro encontrado em determinado período. Portanto, como o termo lucro é fato rotineiro em uma sociedade capitalista, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender como o termo “lucro” significa em manchetes de mídias especializadas. Desta situação surge então a seguinte inquietação: Como o termo “lucro” significa em manchetes de mídias especializadas? Ou seja, quais os sentidos produzidos por este termo central no capitalismo e muito presente no dia-a-dia da sociedade? Para empreender as análises, mobilizamos o dispositivo teórico e metodológico da Análise de Discurso, no sentido de compreender os processos de produção e circulação dos sentidos do lucro propagado. Mais especificamente, tornando produtiva nestas análises a compreensão da paráfrase, e colocando em relação o dito e o não dito, propusemos algumas reescritas das formulações presentes no corpus, para a interpretação do texto das manchetes de jornais, como parte da constituição de um discurso financeiro no país. Observou-se que o lucro aparece como sentido já lá, produzindo efeito de completude, de transparência e opacidade. Nas manchetes o lucro aparece de forma natural - naturalização do lucro -, produz sentido de que o lucro sempre está presente no resultado das instituições financeiras e que elas foram criadas para acumulá-los sempre mais.

Palavras-chave: Discurso Capitalista, Lucro, Contabilidade.

ABSTRACT

CASTRO, C. P. **Profit as a company reading**. 2018. 90p. Thesis (MS). Graduate Diploma in Language Sciences at the Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG.

We live in a capitalist society and advertisements about profit from certain institutions are commonplace headlines in newspapers, whether specialized or not in finance. Thus, in this research, which has as its theoretical basis the French Discourse Analysis, we seek to analyze news headlines, whose central theme is the announcement of the profit of financial institutions present in Brazil. The headlines analyzed are from a period before, during and a probable improvement of the country in relation to the financial crisis experienced. Profit is present in mercantile relations and is the basis of capitalism. Accounting is the technology of capitalism, it enables financial institutions to attribute the monetary value of earned profits, that is, it is through accounting that institutions attribute the profit found in a given period. Therefore, as the term profit is a routine fact in a capitalist society, the present work has the general objective to understand how the term "profit" means in specialized media headlines. From this situation comes the following disquiet: How does the term "profit" mean in specialized media headlines? That is, what are the meanings produced by this central term in capitalism and very present in the daily life of society? In order to undertake the analyzes, we mobilize the theoretical and methodological device of Discourse Analysis, in order to understand the processes of production and circulation of the meanings of the propagated profit. More specifically, by making the comprehension of paraphrase and by relating said and unsaid in these analyzes productive, we have proposed some rewrites of the formulations present in the corpus for the interpretation of newspaper headlines as part of the constitution of a financial discourse in the country. It was observed that profit appears as meaning already there, producing an effect of completeness, transparency and opacity. In the headlines, profit appears naturally - the naturalization of profit -, it makes sense that profit is always present in the outcome of financial institutions and that they have been created to accumulate them ever more.

Keywords: Capitalist Discourse, Profit, Accounting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Critério para escrituração contábil da inadimplência	38
Figura 2 – Exemplo de Estrutura do Pronunciamento Contábil.....	45
Figura 3 – Exemplo de Demonstração do Resultado do Exercício	49
Figura 4 – Recorte 1 – Manchete G1	61
Figura 5 – Recorte 2 - Manchete Valor Econômico	61
Figura 6 – Recorte 3 - Manchete Sbt Notícias.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ANÁLISE DE DISCURSO	15
1.1 Linguagem, Linguística e Leitura	23
2 A PRÁTICA DA CONTABILIDADE – UMA TECNOLOGIA DO CAPITALISMO ..	28
2.1 O contexto histórico de um método para a contabilidade.....	28
2.2 A Contabilidade no Brasil.....	34
2.3 Demonstrações Contábeis Obrigatórias	47
2.3.1 Balanço Patrimonial (BP)	47
2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	48
2.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	51
2.3.4 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)	51
2.3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	52
2.3.6 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	52
2.3.7 Notas Explicativas	52
2.4 O Lucro e a sociedade	53
3 RECORTES E CORPUS DA PESQUISA	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO: OS SENTIDOS DE LUCRO, ENTRE A EVIDÊNCIA E A OPACIDADE

Enquanto contador, meu trabalho é procurar fazer com que o lucro das empresas seja cada vez maior. Não somos levados a questionar esse lucro, ele é sempre visto como um resultado positivo das atividades empresarias, resultado esperado neste sentido, está ligado a otimização de recursos para que cada vez mais a empresa gere um resultado maior que o anterior. Ao mesmo tempo, o sentido positivo do lucro obtido, alcançado, nas empresas, empresta sentidos para a economia de modo geral.

Faz parte do dia-a-dia na nossa sociedade, uma sociedade capitalista, a convivência com a ideia do lucro como parte intrínseca das atividades mercantis, bem como a ilusão de uma estabilidade referencial para este termo: isto é, a designação “lucro” aparece-nos enquanto um sentido posto, dado, o termo “lucro” subsiste naturalizado, em seu efeito de transparência e evidência.

Há, porém, um longo percurso que institui esta existência social em torno do capital, hoje tão banal. Para nos mantermos nas relações de troca, com a existência do capitalismo, a troca de mercadorias por mercadorias deixa de existir. O escambo permitia que o cidadão X, que era artesão e produzia mercadorias para sua própria subsistência (denominada mercadoria de uso) e também produzia além do seu consumo (mercadoria de troca), utilizasse essa produção sobressalente para a troca, permutando com o cidadão Y, que era agricultor, e produzia para sua própria subsistência e sua produção também era além de seu consumo, permitindo-o também trocar por mercadorias de seu interesse de consumo. Conforme Catani (1988), nas trocas, uma quantidade de determinada mercadoria era trocada por uma quantidade de outra mercadoria, e o que demarcava o valor das mercadorias era o tempo necessário para a sua produção.

Para as trocas, utilizava-se a regra da equivalência, por exemplo, um casaco equivale a 200 quilos de milho, 200 quilos de milho equivalem a 100 litros de aguardente, 100 litros de aguardente equivalem a um casaco etc. Porém, com o passar do tempo, houve uma mercadoria que passou a ser considerada como a mercadoria de equivalência geral: tal mercadoria era o ouro. Tendo o ouro como mercadoria de troca, o cidadão poderia ter todas as mercadorias de uso dentro da

equivalência determinada, como, por exemplo, 5 gramas de ouro, que poderia trocar pelos 200 quilos de milho, pelos 100 litros de aguardente ou pelo casaco. O dinheiro (ouro) passa a ser uma mercadoria especial, uma mercadoria de circulação, permite a transformação de mercadoria em dinheiro (venda) e a transformação de dinheiro em mercadoria (compra), com esta mudança as duas partes não necessariamente são obrigadas a consumir a mercadoria uma da outra. O cidadão X, que detinha certa mercadoria, poderia trocar com o cidadão Y por dinheiro e procurar o cidadão Z para trocar seu dinheiro pela mercadoria de uso que lhe fosse necessária. Uma tal circulação de dinheiro permite pensar que Dinheiro = Mercadoria e Mercadoria = Dinheiro, porém, para o capitalismo, esta formulação da circulação sofre um deslizamento para: Dinheiro = Mercadoria e Mercadoria = Mais Dinheiro, onde Mais dinheiro (dinheiro final) deve ser sempre maior que o Dinheiro (dinheiro inicial) - esta relação permite visualizar o lucro nos dias atuais - onde Mais Dinheiro é maior que Dinheiro e o Mais é o lucro auferido nesta relação de “troca”. Atualmente as mercadorias compradas pelo dinheiro não são necessariamente mercadorias - como era no princípio desta relação de troca – pois o dinheiro passou a ser “trocado” como mercadoria, apresentando, mais uma vez, um novo deslizamento da circulação de dinheiro: hoje, a circulação pode ser permitida pela relação de Dinheiro = Dinheiro 2 e Dinheiro 2 = Mais Dinheiro, ou seja, Dinheiro 2 passa a representar a mercadoria de troca nesta formulação.

Supõe-se que a sociedade atual, que naturalizou o termo lucro, necessite de uma informação mais precisa e ágil deste lucro, considerando que a circulação de informações, mercadorias e o número de operações é hoje infinitamente superior ao que ocorria no início destas movimentações. E a contabilidade é a ferramenta que o capitalismo desenvolveu para a visualização deste lucro, é através da contabilidade que o capitalismo propaga o resultado das empresas para as pessoas interessadas em tais informações, ou seja, é pela contabilidade que se determina se o dinheiro se transformou em mais dinheiro.

As pessoas interessadas nas informações contábeis são denominadas de *usuários internos*, que são os sócios e administradores, e *usuários externos*, que são os investidores, fornecedores, governo e público em geral. A estas pessoas mais especificamente dirigem-se as informações contábeis que são disponibilizadas pelos meios contábeis específicos, denominadas demonstrações contábeis. A

demonstração contábil que se encarrega de anunciar o lucro é chamada de Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), e teria como objetivo principal esclarecer como a empresa chegou àquele resultado, que pode ser lucro ou prejuízo, sendo o lucro o resultado almejado, identificando-se o sistema econômico capitalista pelo direcionamento de uma acumulação. A contabilidade, ao estruturar este demonstrativo, escreve a história, através de números, de como a empresa chegou àquele lucro. Tal escrita é conhecida como “escrituração contábil”, ou seja, é o ato de realizar os lançamentos (escrever) das informações dos elementos que compõe a história daquele resultado, portanto, podemos dizer que a DRE é o modo de formulação do resultado da empresa em determinado momento. A DRE, ao colocar em prática uma escrita (a escrituração contábil), produz uma leitura da empresa.

O que se procura, no final da escrituração da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), é o lucro, isto é, o resultado positivo, como objetivo do capitalismo, que se movimenta tendo em vista invariavelmente aumentar o dinheiro investido.

Chama-nos a atenção, não apenas agora enquanto contador, mas enquanto cidadão de um país como o Brasil, em um momento histórico como esse, caracterizado pela globalização da economia, que os lucros empresariais sejam quase diariamente propagados nas páginas dos noticiários – anúncios como “Banco X comemora Lucro” tornaram-se relatos do cotidiano de mídias especializadas em economia/finanças.

Ching (2010) acredita que a informação sobre o lucro de uma instituição possa ser a mais importante da empresa, pois ele mede a capacidade do negócio de obter resultado e indica se a empresa está ou não operando com sucesso. De minha parte, no interesse de refletir sobre essa “propagação” nas mídias dos resultados positivos das empresas conhecidas do cidadão comum, parto de uma consideração de que, atualmente, a propagação deste lucro permite pensar que não basta que exista um lucro, mas ele deve ser anunciado para que cada vez mais pessoas estejam interessadas em adquirir mais desta mercadoria chamada dinheiro. As mídias especializadas participam dessa “propagação” através de manchetes que anunciam os lucros alcançados ao público, um público que, enquanto jornalismo econômico, é o público interessado na economia. Observa-se que o interesse na economia é um interesse cada dia mais ampliado, atingindo a população de modo geral. Tais manchetes que propagam (propagandeiam?) os lucros, deslocam o anúncio de um

resultado empresarial positivo, de uma escrita técnica voltada apenas para iniciados para uma escrita “ao alcance de todos”.

Já pelo outro lado, o contador, que é o responsável pela escrituração contábil, este profissional possui um leitor virtual muito interessado em suas escritas, que é o Governo, que recolhe a maior parte de suas arrecadações através delas e, no caso de algum erro ou atraso de entrega das escritas, cobra caro, com multas. Na sociedade capitalista, em que o dinheiro se transformou em mercadoria por excelência, as instituições financeiras são as principais fornecedoras desta mercadoria. Além de ofertar serviços para as movimentações financeiras de seus clientes, como pagamento de contas, fornecimento de talões de cheques, recebimentos de salários, elas ofertam a mercadoria mais cobiçada nos dias atuais, o dinheiro.

São as instituições financeiras, destacando-se os bancos, as maiores fornecedoras desta mercadoria tão importante para a sociedade atual. Mas, mais do que isso, tais instituições estão presentes no cotidiano da família brasileira, pois o cidadão utiliza os bancos para pagar uma conta, trocar um cheque, realizar um depósito bancário ou abrir uma conta bancária para receber seu salário, portanto, os nomes das instituições, como, por exemplo, Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal, são familiares e presentes à sociedade em geral. Não é ao acaso que, de acordo com a *Valor Econômico*, o lucro somado desse grupo de bancos atingiu R\$ 244 bilhões entre os anos de 2014 e 2017.

Apontei acima para esse efeito de transparência do termo “lucro”. Por outro lado, se formos considerar as dimensões numéricas e uma repetição de cifras cada vez maiores, há também uma opacidade nessas formulações sobre os altos lucros, destacando-se aí o não questionamento do papel das instituições financeiras na sociedade brasileira. Na Análise de Discurso, a transparência é justamente interrogada, pois todo sentido pode ser outro, sendo a linguagem sujeita a falhas e a equívocos. No discurso capitalista, cujo objetivo é demonstrar a magnitude do lucro, como se transparente fosse, as cifras nem sempre significam, ou não significam do mesmo modo a todos, ou em qualquer situação. As cifras certamente não produzem o mesmo sentido a todos que se deparam com a informação de um lucro de bilhões de reais, e essas formulações constitutivas de manchetes especializadas na área econômica mostra-se aí na sua real opacidade.

Conforme Pêcheux (2002):

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 2002, p. 53)

No caso da circulação de valores pela mídia, às vezes se faz necessário a utilização da equivalência para compreender melhor o que este valor está significando, artimanha utilizada pela própria TV ao anunciar, por exemplo, o prêmio de final de ano de jogos da loteria federal. Essas equivalências retomam os valores, são paráfrases destes, descrevendo-os enquanto mercadorias. É anunciado o valor do prêmio e em seguida eles fazem uma equivalência, por exemplo, com o referido lucro seria possível comprar mais de 5 milhões e 800 mil carros populares no valor de R\$ 42.000,00 cada. Também seria possível comprar mais de 690 mil apartamentos no valor de R\$ 350.000,00 cada, ou seja, por mais que a sociedade seja capitalista e o lucro esteja presente na sua rotina, poucas são as pessoas que conseguem mensurar valores como esses, para poucas pessoas esse valor significa, mesmo que estejamos interpelados pelo e inseridos no discurso capitalista. O valor citado - 244 bilhões de reais - não faz parte da rotina do sujeito comum na sociedade. Assim, embora a escrita numérica ofereça-se como algo não sujeito à interpretação, o valor alto implica em uma tensão entre a sua evidência (pois não cabe interpretar o número) e a sua opacidade (como dimensionar o valor na sociedade de uma cifra tal?),

O lucro que é procurado incessantemente pelo capitalismo, que define o sucesso ou o fracasso de uma companhia, despertou o meu interesse de pesquisar sobre como ele está significando nas manchetes de jornais – considerando essa transparência e essa opacidade aos quais me referi. Como coloca Orlandi (2007a), os sentidos não são evidentes, embora o pareçam. Portanto, a compreensão de como o termo “lucro” significa e é colocado nas manchetes de mídias especializadas é que motivou a realização desta dissertação. O investidor e capitalista declarado Warren Buffett afirmou que a “contabilidade é a linguagem dos negócios”, afirmação que permite o deslizamento para a afirmação de que “a contabilidade é a linguagem do capitalismo”. De acordo com Orlandi (2007b), a linguagem é um sistema de relação de sentidos. A contabilidade, portanto, permite pensar que é a ferramenta do capitalismo e é, também, a linguagem de negócios e como linguagem há ali presente uma relação de sentidos. Desta situação, surge então a seguinte inquietação: Como

o termo “lucro” significa em manchetes de mídias especializadas? Ou seja, quais os sentidos produzidos por este termo central no capitalismo e muito presente no dia-a-dia da sociedade?

Enquanto a contabilidade pode ser entendida como a linguagem do capitalismo, esta linguagem precisa de um meio de comunicação mais amplo, capaz de aumentar o poder de propagação do resultado dessa escrita contábil, que é o lucro. Neste contexto é que as manchetes de jornais das mídias especializadas tomam proporção, estas manchetes tem a função de propagar o resultado desta linguagem do capitalismo. É através deste veículo de comunicação que se propaga o lucro das instituições, no caso específico desta dissertação, propagação do lucro das instituições financeiras. Conforme Orlandi (2007a), a mídia é um grande evento discursivo de modo de circulação da linguagem.

A manchete pode ser entendida como a grande responsável a despertar o interesse pela leitura do artigo, ela possui uma mensagem compactada, rápida e habitualmente está destacada, em negrito. (GUIRALDELLI e PEREIRA DE SÁ, 2014).

Conforme o Manual da Folha de S. Paulo, uma manchete deve ser elaborada da seguinte maneira:

Ela deve ser tensa, rápida, sintética, nervosa, objetiva. Deve ser dramática sem perder a sobriedade. Sua forma correta é a que expressa uma ação em desenvolvimento. O uso do ponto-e-vírgula permite incluir mais de um fato na manchete. Devem-se evitar recursos, tais como o aposto e a perífrase, que retiram velocidade à leitura da manchete. A força da manchete decorre em parte da sua feição gráfica (Manual da Folha de S. Paulo, 1984, p. 58).

Ao mesmo tempo, podemos considerar que, em termos de um sujeito leitor, na sociedade atual, uma sociedade em que o tempo é cada vez menor, a leitura no jornalismo é atualmente produzida (efeito leitor) também se considerando um leitor de manchetes, um leitor que fica com a informação unicamente da manchete. Veja que o jornal acima considera que a manchete trás “o fato”. No nosso caso, o fato é o lucro.

Com este presente trabalho, portanto, a partir da Análise de Discurso, considerando-se noções como discurso, sujeito etc., bem como o funcionamento da linguagem enquanto paráfrase e polissemia, procuro compreender como o termo “lucro” significa nas manchetes jornalísticas, partindo-se de uma mídia especializada. Serão analisadas manchetes que circularam entre os anos de 2015 e 2018 em um jornalismo especializado da área econômico-financeira destinadas a um público específico, àqueles leitores que possuem afinidade com os termos próprios ao

discurso financeiro, mas considerando-se a propagação dos resultados empresariais para o público de modo geral. Foram relacionados recortes cuja manchete principal chama a atenção para o Lucro das Instituições Financeiras situadas no Brasil. As manchetes são de um período em que o Brasil passa por uma crise econômico-financeira e este período, entre início e meio da crise, e um esperado recomeço de melhora na economia brasileira, pode nos despertar sentidos outros em uma mesma palavra já que estamos sendo interpelados por situações, condições e períodos diferentes.

Esta dissertação conta com três capítulos sendo eles:

- Capítulo 1 – Uma maneira de compreender a linguagem e seu funcionamento social;
- Capítulo 2 – A prática da contabilidade – uma tecnologia do capitalismo;
- Capítulo 3 – O Discurso financeiro em circulação na mídia.

Representado como referencial teórico, o primeiro capítulo apresenta noções sobre a Análise de Discurso. O capítulo tem como foco discorrer sobre algumas noções da Análise de Discurso, possibilitando ao leitor uma compressão destas. Aborda conceitos de interpretação, e sua relação com a memória, como a historicidade, pois, é a historicidade na língua/ discurso que possibilita que os sentidos sejam produzidos.

No segundo capítulo, a abordagem sobre a contabilidade, propõe a contabilidade como a tecnologia do capitalismo, sendo tecnologia imprescindível na apresentação do lucro pelas instituições financeiras. Aborda noção sobre a historicidade da contabilidade, seus leitores e seus relatórios.

Abordando a Análise de discurso, no terceiro capítulo, apresento recortes essenciais para esta produção acadêmica. Recortes de manchetes de jornais, especializados em finanças, cujo tema principal é o anúncio do lucro de instituições financeiras que operam no Brasil. Neste capítulo são apresentadas as análises destes recortes.

CAPÍTULO 1

1 UMA MANEIRA DE COMPREENDER A LINGUAGEM E SEU FUNCIONAMENTO SOCIAL

A interpretação é constitutiva do sujeito e do sentido, a interpretação faz sujeito e ela faz sentido. A construção de um dispositivo – um dispositivo teórico, como é o caso da Análise de Discurso – permite a alteração da posição do leitor para outra posição, para um lugar construído pelo analista, deslocamento que permite uma leitura outra produzida pelo dispositivo.

O trabalho do analista de discurso é compreender o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido. Orlandi (2007a) distingue entre dois dispositivos de interpretação que são o gesto de interpretação do analista e o gesto de interpretação do sujeito comum. O analista se apoia em um dispositivo teórico que é constituído por noções e conceitos que constituem os princípios da Análise de Discurso, enquanto o sujeito comum interpreta a partir de um dispositivo ideológico, o sujeito está sob o efeito da evidência, o sentido lá, transparente, sentido presente na relação da contabilidade com o lucro, como se o sentido de lucro só pudesse ser um, não sendo possível a interpretação, ou seja, sentido outro.

Segundo Orlandi, o gesto de interpretação do analista: “permite que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas. Em outras palavras, que ele não se inscreva em uma formação discursiva mas entre em uma relação crítica com o conjunto complexo de formações”. (ORLANDI, 2007a, p.85).

Isto não quer dizer que o analista estará em uma posição neutra em relação aos sentidos, ele está sempre afetado pela interpretação; outrossim, um dispositivo analítico marca uma posição em relação a outras e o dispositivo é sempre capaz de deslocar a posição do analista, trabalhando a opacidade da língua, a sua não evidência e intermediando a relação do sujeito com a interpretação. Com o dispositivo teórico, realiza-se um deslocamento de uma leitura tradicional para uma “leitura sintomática”, formulada como aquela “que estabelece uma escuta que coloca em relação o dizer com outros dizeres e com aquilo que ele não é mas poderia ser” (ORLANDI, 2010a, p.26).

Conforme Orlandi (2007a), a interpretação está presente em toda manifestação da linguagem e não existe sentido sem a interpretação. Assim, o homem não pode

evitar a interpretação, ou ser indiferente, e mesmo que não perceba, ele está interpretando: diante de qualquer objeto simbólico somos obrigados a dar sentido, a significar. Portanto, sendo a contabilidade uma linguagem, a interpretação está presente nela, ou seja, existe sentido na contabilidade, sendo que os sentidos não são indiferentes à matéria significativa e às determinações históricas. A relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades e a partir das formações ideológicas, dados os diferentes lugares sociais projetados no discurso em termos das diferentes *posições sujeito*.

Assim, diferentes sentidos são possíveis, mas, ao mesmo tempo, a materialidade impede que o sentido seja qualquer um, materialidade compreendida enquanto “forma material”, ou seja, forma que significa afetada pela história. Quanto ao campo de linguagem que estamos procurando aqui compreender, este organiza-se em torno dos sentidos do termo “lucro”, que mantém uma certa unidade de sentido e efeitos que lhe escapam, pois a unidade é imaginária e se produz a custa dos efeitos de transparência, dada a relação transparência/ opacidade que regula o funcionamento da linguagem.

Lucro, em certo sentido, será sempre lucro, mesmo que, pensando-se no funcionamento da linguagem da contabilidade, o resultado alcançado não seja aquele esperado, pois se esperava ter um resultado numericamente maior que o auferido, mas o resultado positivo sempre será o lucro, pequeno ou grande, é lucro, o que significa uma estabilização produzida histórica, socialmente para o termo. Um texto, de acordo com Orlandi (2007a), pode tomar diferentes direções significativas, porém, há um regime de necessidade que ele obedece, há sempre uma necessidade que rege um texto. O efeito metafórico posiciona a questão do funcionamento na relação do discurso com a língua. Conforme Orlandi (2010a)

M. Pêcheux (1969) vai chamar efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que esse deslizamento de sentido entre x e y é constituído do sentido designado por x e por y. Como esse efeito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas, podemos considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, e pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural). (ORLANDI, 2010a, p. 27).

Para Orlandi (2007b), o texto é um bólido de sentidos. Ele parte de várias direções em múltiplos planos de significantes. O espaço de interpretação no qual o autor se insere com seu gesto deriva da sua relação com a memória, com o saber

discursivo, com o interdiscurso. O texto, ou seja, a demonstração contábil, é a peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do sítio significante com a exterioridade.

Neste sentido, o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade pelo interdiscurso. O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. (ORLANDI, 2007b, p. 15)

O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio e a interpretação é um vestígio do possível. O gesto de interpretação é constituído tanto da leitura quanto na produção do texto, ou seja, o sujeito, quando fala, ele também interpreta, pois, para dizer, temos que nos filiar a um saber discursivo, a uma memória.

A interpretação se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção que chamamos de política. De acordo com Pêcheux (PÊCHEUX, 1975 apud ORLANDI, 2007b), uma palavra, uma proposição não tem um sentido em si mesmo, dada a relação com a memória, com o já-dito. A contabilidade trabalha como se a interpretação do termo “lucro” viesse vinculada à sua própria prática, uma prática pautada na matemática, enquanto linguagem que produz um resultado transparente, científico, no sentido de não-interpretável. Assim, a prática da contabilidade se sustenta voltada a esse seu papel de “evidenciar” o resultado financeiro, e, ao anunciar o lucro, houvesse ali total transparência, quase que uma ligação direta com a obviedade.

O lucro anunciado está pautado em uma DRE, então, deste demonstrativo para uma manchete vamos de uma escrita cifrada, codificada, para iniciados, a uma escrita para todos. A contabilidade, sendo uma linguagem, ela está sujeita ao equívoco, pois toda e qualquer linguagem está sujeita ao equívoco¹ e o espaço da interpretação é o espaço do possível, do equívoco, é o espaço da falha e, ao apagar o equívoco, a contabilidade gera a ilusão da evidência. Conforme Pêcheux (PÊCHEUX, 1991 apud ORLANDI, 2007b) “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de torna-se outro,

¹ A língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a da falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá portanto no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história (ORLANDI, 2008, p.102-103)

diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Na interpretação, não existe a segregação entre interioridade e exterioridade, porém, para o sujeito, essa separação continua a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente, sua ilusão, isto é, a ilusão de que ele é a origem do dizer, e a ilusão da literalidade, ou seja, aquilo que ele diz, só poderia ser dito daquele modo e não de outro – está ilusão relaciona-se aos esquecimentos, que encontramos na reflexão de Pêcheux (2002). O esquecimento ideológico, o esquecimento número um, resulta do modo como somos afetados pela ideologia, através deles há a ilusão de que somos origem de tudo aquilo que se diz, quando na realidade, retoma-se sentidos preexistentes.

Conforme encontramos em Orlandi

Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história, e é por isto que significam e não pela nossa vontade (ORLANDI, 2010b, p.35).

O esquecimento número dois, o esquecimento enunciativo, produz a impressão de uma realidade do pensamento. Faz acreditar que o que foi dito, só pode se dizer com aquelas palavras e nunca com outras, estabelece uma relação natural entre palavra e coisa. “O sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. Ao longo de seu dizer vão-se formando famílias parafrásticas de tudo aquilo que ele podia dizer, mas não disse” (ORLANDI em ORLANDI E LAGAZZI, 2010a, p. 21)

Ao iniciarmos nossa história, enquanto sujeitos falantes, os discursos já estão em processo, nós que adentramos a esse processo e eles continuarão após nossa existência. O discurso não se inicia com a nossa existência, não somos o início do discurso, nem tampouco o fim dele.

As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 2010b, p.36).

Na Análise de Discurso, conforme Orlandi (2010a), o sujeito não é um sujeito empírico, mas sim a *posição sujeito* projetada no discurso. A noção de condições de produção se propõe na direção de compreender os efeitos de sentidos possíveis nas diferentes situações de linguagem, dada a sua historicidade. As condições de produção incluem o sujeito e a situação, sendo que a situação pode ser pensada em dois sentidos: o estrito e o lato. O sentido estrito compreende o contexto imediato, o aqui e agora do dizer, a circunstância da enunciação. O sentido lato é mais amplo, a situação compreende o contexto sócio histórico e ideológico. Porém, esta segregação se faz afim de exemplo didático, na prática não há esta dissociação de um e outro, isso quer dizer que, em toda situação de linguagem os dois sentidos estão em funcionamento de forma conjunta.

Conforme Schmidt (2010), a Contabilidade teria surgido entre 10 mil e 5 mil a.C.. Este seria porém, pode-se considerar, um momento “pré-mercado”, um momento anterior ao funcionamento de uma instituição financeira. Naquele momento, dava visibilidade ao patrimônio daqueles que já detinham bens, ou seja, a organização do homem em sociedade está intrinsecamente relacionada à demonstração do que é de um ou do que é de outro, ratificando ou distinguindo quem tem de quem não tem – pode-se considerar que, desta situação, ou seja, desta condição de produção, nasce a contabilidade. Assim, vai se instalando, através da contabilidade, um funcionamento que, além de demonstrar o patrimônio de uma pessoa, também permite identificar sujeitos pela diferença evidenciada (demonstrada) de seus patrimônios, uma evidenciação que permite segregar, separar os que tem dos que não tem.

Com o passar dos tempos a desigualdade sempre fez parte da sociedade e o que orientava esta relação entre os desiguais era a igreja, havia assujeitamento à igreja. O sujeito-religioso era “[..] totalmente subordinado ao texto e ao dogma, submisso à ideologia cristã e assujeitado às práticas rituais religiosas”, conforme formula Lagazzi (LAGAZZI, 1988, p.19), a partir da reflexão de Haroche (1984). Porém, com as transformações históricas e sociais, na regulação das relações entre os homens, o sujeito passa a centrar suas atividades em si mesmo, sua própria vontade e o intermediador desta relação de desigualdade se desloca da Igreja para o Estado. Ou seja, ocorre então uma transformação na Forma Sujeito histórica, que passa do sujeito-religioso para o sujeito-de-direito. Assim, o sujeito (com letra minúscula) é “assujeitado” pela sua relação com o Estado (o Sujeito, com letra

maiúscula), através do texto do Direito, sendo que Estado e Direito funcionam como operadores simbólicos, no lugar de Deus e do texto religioso (Bíblia).

Como afirma ainda Lagazzi:

Direitos e deveres sempre permearam as relações sociais, mas com a emergência do sujeito-de-direito, aconteceu a constituição de uma nova forma de assujeitamento [...]. (LAGAZZI, 1988, p.20).

Para Pêcheux (PÊCHEUX, 1975 apud ORLANDI, 2010a) não existe discurso sem a existência de um sujeito, mas, também, não há sujeito sem ideologia. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, pelo simbólico desta maneira que a língua faz sentido. A ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, porém, a evidência do sujeito que sempre é sujeito, elimina o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Nas palavras de Orlandi:

Assim consideradas, a ideologia não é ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido de refração, do efeito imaginário de um sobre o outro (ORLANDI, 2010b, p.47).

Todo e qualquer indivíduo social só será agente de uma prática se ele se revestir da forma-sujeito, que é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais. (ALTHUSSER, 1973 apud ORLANDI em ORLANDI E LAGAZZI, 2010a)

[...] o assujeitamento é a própria possibilidade de ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz). (ORLANDI em ORLANDI e LAGAZZI, 2010a, p. 19).

A contabilidade pode ser entendida como a linguagem dos negócios e este entendimento permite um deslizamento para que a contabilidade pode ser entendida como linguagem do capitalismo, pois, é através da contabilidade que se é possível compreender o lucro da instituição. Atualmente o indivíduo é a todo momento interpelado pelo discurso capitalista. Portanto, proponho o seguinte questionamento, nas condições atuais é possível pensarmos em uma economia não capitalista? No discurso capitalista que vivemos e convivemos, penso que a resposta seria não. Na Análise de Discurso, é necessário relacionar o discurso com as suas condições de produções, sua exterioridade. Esta disciplina concebe a linguagem como uma mediadora essencial entre o homem e a realidade natural e social.

E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2010b, p. 15).

O discurso não é somente uma transmissão de mensagens ou informações, mas, considerando as formações imaginárias e o mecanismo de antecipação em jogo, é uma troca mais complexa. Pêcheux define discurso como “efeito de sentido entre locutores”, produzindo um deslocamento da Análise de Discurso do campo da linguagem como instrumento de comunicação. Significa dizer que se sai do comportamento que antecede a relação de estímulos e respostas entre locutores, onde a língua seria um código. Não existe uma relação linear entre o emissor e o receptor ou o enunciador e o destinatário, ambos já estão tocados pelo simbólico, afetados pelas memórias discursivas. (PÊCHEUX, 2002),

Todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer), de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros e é daí que tiram sua identidade, sua realidade significativa. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, eternas.

É a ideologia que produz o efeito da evidência, e da unidade, sustentando-se sobre o já-dito, em um jogo de forças que produz sentidos institucionalizados, que serão admitidos como “naturais”. A contabilidade organiza-se em torno do termo “lucro”, cujas redes de memória parecem a princípio tão estabilizadas, ao falarmos lucro, algo vem em nossa memória, memória esta que não sabemos de onde vem (o interdiscurso ecoa como uma voz sem nome), é uma memória não delimitada por tempo ou espaço – e a memória, na Análise de Discurso, é conhecida como *memória discursiva*.

Segundo a formulação de Orlandi, que retoma a noção de interdiscurso de Pêcheux (ORLANDI e LAGAZZI, 2010a, p. 21) “A memória discursiva é trabalhada pela noção do interdiscurso: “algo fala antes, em algum lugar e independentemente”. Trata-se do que chamamos saber discursivo. É o já dito que constitui todo dizer”.

A memória discursiva é constituída pelo esquecimento, quando se menciona determinada palavra, este vocábulo não está significando segundo a intenção de um sujeito falante, mas pela memória discursiva, que não é diretamente acessível. Isto determina que não temos o controle de como os sentidos se formam nos sujeitos. Portanto, toda enunciação é acompanhada por um dizer – o já dito e esquecido – que o constitui em sua memória. Tais enunciações já ditas e esquecidas, dá-se o nome de interdiscurso.

A produzirmos enunciações, como por exemplo: “o lucro é a razão de existir de qualquer empresa”, as palavras adquirem sentido em referência às posições dos que as empregam, ou seja, em referências às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem, e elas mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por quem as empregam. A enunciação em questão indica uma inscrição do sujeito em uma formação discursiva capitalista, na qual a finalidade de qualquer empresa é, antes de qualquer outra coisa, gerar lucro. Conforme Grigoletto (2005, p.4) “No entanto, ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso”. Segundo a autora sujeito empírico é relacionado ao lugar social e sujeito de discurso a posição discursiva.

[...] podemos pensar que o lugar discursivo é determinado não só pelo lugar social, mas também pela estrutura da língua, materializada no intradiscurso. Assim, tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso. (PÊCHEUX, 1995 apud GRIGOLETTO, 2005, p.6-7)

As formações discursivas são, como diz Orlandi (2010a), a projeção na linguagem das formações ideológicas. Ou ainda, retomando Pêcheux (2002), formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito. Portanto, as palavras, preposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. É notadamente a formação discursiva capitalista que produz sentidos para o termo lucro e para o próprio modo de funcionamento da contabilidade como nós o conhecemos.

1.1 Linguagem, Linguística e Leitura

Os sinais que o homem produz, pela fala ou escrita, são chamados signos. Através deles o homem consegue comunicar, elaborar sua cultura, representar seus pensamentos etc. A noção de signo é fundamental no interior da Linguística e também na Semiótica e Semiologia, abordagens que procuram ampliar a visão estruturalista para além do código verbal (língua). A linguística não objetiva ditar regras de correção para o uso da linguagem, porém, tudo que faz parte da língua interessa e é matéria de reflexão.

Na história da constituição da linguística, de acordo com Orlandi (2007b), existem dois momentos chaves. O primeiro é no século XVII (século das gramáticas gerais), cujos estudos da linguagem são marcados pelo racionalismo. Os pensadores procuram demonstrar que a língua segue princípios lógicos, racionais e eles regem todas as línguas. Os estudiosos objetivavam atingir a língua ideal – língua universal, uma língua lógica, clara, sem equívocos e ambiguidades. O segundo momento chave acontece no século XIX (século das gramáticas comparadas) é o século da linguística histórica. O objetivo não é mais a língua ideal, mas sim a língua mãe, não se procura a perfeição, preocupa-se com a origem. A grande contribuição desse segundo momento foi transparecer que as línguas se transformam com o tempo, as mudanças são regulares, possuem uma direção.

Segundo Orlandi (2007b), o fascínio do homem pela linguagem existe desde sempre. Pode-se observar tal encanto através da poesia, literatura, filosofia etc. Existem cantos, rituais e até polêmicas que demonstram o interesse do homem pela linguagem. Há um grande número de fatos que relatam que homens de épocas diferentes se dedicaram à linguagem.

Conforme Orlandi (1994), as Ciências Sociais tratam a linguagem como se ela fosse transparente – e esse pode ser, a nosso ver, o caso do que ocorre na Contabilidade.

A contabilidade, que é uma ciência social aplicada, trabalha o termo lucro como transparente, como se ao anunciar o lucro de uma empresa o sentido já está lá, com um sentido transparente e único. Foi daí que nasceu a minha inquietação, a qual direcionou esta dissertação para compreender o funcionamento do termo “lucro”, dada

a presença constante, a circulação do termo através de manchetes na mídia, como parte de um jornalismo econômico hoje de amplo alcance.

Através da Análise de Discurso, como base teórica e metodológica neste trabalho, produz-se uma possibilidade de saber no entremeio. Isto é, não se vai simplesmente juntar o que está necessariamente separado nessas diferentes áreas de conhecimento (Contabilidade e Linguagem), mas produzir uma reflexão, dada a prática da Análise de Discurso, na relação de contradição entre esses diferentes saberes. Desse modo, ela não é apenas aplicação da Linguística sobre as Ciências Sociais ou vice-versa. Ela produz realmente outra forma de conhecimento, com seu objeto próprio, que é o discurso. Este, por sua vez, apresenta-se como o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia. É no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. Como efeito, o discurso é um objeto particular.

A Análise de Discurso tem seu ponto de apoio na reflexão que produz sobre o sujeito e o sentido, já que considera que, ao significar, o sujeito se significa. Como o nome sugere, a Análise de Discurso, não trata da gramática, ela trata do discurso, que é palavra em movimento, o estudo do discurso observa o homem falando, procura entender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico.

Nos termos de Orlandi, “o trabalho simbólico do discurso está na base de produção da existência humana” (ORLANDI, 2010b, p.15). A Análise de Discurso considera que o sentido não está já fixado a priori, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido. A historicidade tem um lugar definidor na Análise de Discurso. O discurso é definido como processo social cuja especificidade está em sua materialidade, que é linguística. Há, pois, construção conjunta entre o social e o linguístico. Ao se constituir a noção de sujeito e de situação, a Análise de Discurso afirma o descentramento do sujeito.

A ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência, como constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação. Assim, não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem, mas, pela ideologia, no jogo de forças da/na sociedade, alguns sentidos se estabilizam, naturalizando-se. Segundo Orlandi

A ideologia é a interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, sem seus mecanismos imaginários. Ela

não é, pois, ocultação mas função necessária entre linguagem e mundo. [...] Há uma contradição entre mundo e linguagem, e a ideologia é trabalho desta contradição (ORLANDI, 1994, p.56).

Na Análise de Discurso não é só a noção de linguagem que é diferente, também a noção de social, de histórico, de ideológico se transforma. Quanto ao social, não são os traços sociológicos empíricos (classe social, idade, sexo, profissão), mas as formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um pai, de um operário, de um presidente, etc.

Conforme Orlandi

Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de indivíduo livre de coerções e responsável, deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos homens (ORLANDI, 2008, p.107).

Não se trata de procurar “conteúdos” ideológicos que seriam a ocultação da realidade, mas justamente os processos discursivos em que ideologia e linguagem se constituem de forma a produzir sentidos. Na Análise de Discurso trabalha-se com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não com seus “conteúdos”. A ideologia não é “x”, mas o mecanismo de produzir “x”.

A análise de discurso não é um nível diferente de análise, mas um ponto de vista diferente, que instaura o seu objeto de conhecimento, diferente do da linguística imanente. Uma análise de texto pode ser feita do ponto de vista da linguística imanente, isto é, aquele que não leva em conta suas condições de produção, não sendo, portanto discursiva. (ORLANDI, 1984, p.15)

A leitura, em uma visão mais ampla, pode ser percebida como atribuição de sentidos, faz parte de um processo de instauração de sentidos, de modo que uma compreensão de “leitura” pode funcionar para remeter tanto à forma escrita quanto à forma oral. Conforme Orlandi (1988, p. 9), “A leitura, portanto, não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade”.

Orlandi afirma que “a leitura é o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante. É nesse momento que os interlocutores se identificam com interlocutores e, ao fazê-lo, desencadeiam o processo de significação do texto” (ORLANDI, (1988, p. 9). Desta forma existirá modos diferentes de leitura, tudo depende do contexto e dos objetivos. A leitura pode ser um processo muito complexo que não envolve somente a habilidade da ação de ler. Ler é saber o que o

texto diz e o que o texto não diz, porém, constitui significativamente. Sujeitos e sentidos são elementos do mesmo processo, o da significação.

Um aspecto muito importante na produção da leitura é a incompletude.

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. (ORLANDI, 2010b, p.52).

Ao ler não se considera somente o que está escrito, o que está dito, contudo, considera-se também o que está implícito, ou seja, aquilo que não está dito, o não dito, o não verbalizado, porém, está significando. Conforme Orlandi (1988) existem relações de sentidos que se estabelecem entre o que um texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer e há relação do que ele diz e outros textos também dizem. Com isso os sentidos que podem ser lidos em um texto não necessariamente podem estar ali nele. Os sentidos de um texto passam pela relação dele com outros textos.

Em um texto há um leitor virtual, aquele constituído no momento da escrita. É um leitor imaginário, leitor este que o autor imagina no momento da escrita, é para quem o autor dirige o seu texto. Fazendo uma relação com a contabilidade, ela, por sua vez, possui seus “usuários”, os sujeitos a quem ela se destina, que são, pois, os interlocutores interessados em seus relatórios. Dos relatórios em que o “lucro” é apresentado, evidenciado pelo modo de estruturação dos mesmos, pautado na matemática, uma ciência exata, para as manchetes jornalísticas, não se trata mais de se voltar a “usuários”, termo que delimita um contexto mais estrito, da administração de uma empresa, e os envolvidos enquanto acionistas, fornecedores, etc., e o governo.

Aliás, nesse âmbito dos usuários, o maior deles parece ser o governo, pois a maior parte da sua arrecadação surge das movimentações de compra, venda e prestação de serviços das empresas. Sendo assim, podemos considerar que, ao estruturar as movimentações contábeis, que servirão de base para a confecção das demonstrações contábeis, o contador destine seu texto em grande parte ao Governo, que seria seu leitor virtual. Após o texto formulado, no momento da leitura há o leitor real, aquele que lê o texto, quando este tem o contato com o texto, já existe ali constituído um leitor com o qual ele, necessariamente, precisa relacionar.

Nas manchetes de jornais, se pensarmos em uma leitura rápida, de manchete, um efeito de divulgação funciona: divulga-se o lucro de uma determinada empresa.

Nessa divulgação do lucro empresarial, produz-se um efeito de ordem, pois espera-se das empresas que lucrem, e, se esse lucro está ocorrendo, ao ser anunciado, são produzidos sentidos para a economia/ sociedade – ou seja, há um deslizamento que funciona em nossa sociedade que identifica o estado do mercado com o estado da sociedade (pois é uma sociedade de mercado, capitalista): se o mercado vai bem, a sociedade vai bem. Os sentidos de um lucro positivo na economia/ sociedade funcionam no imaginário de que está tudo bem (no país), porque o “mercado” - o mercado financeiro – vai bem.

A relação de nossa sociedade hoje com o sistema capitalista é tal que chegamos a considerar se seria possível ou não pensar o capitalismo sem a existência da contabilidade. Por outro lado, percebemos, na retomada de uma história da sociedade, que a contabilidade é anterior ao sistema econômico que identifica a atual sociedade.

Essas considerações acima feitas, sobre os sentidos do termo lucro através das manchetes de jornal, e sobre a nossa sociedade, já apontam para além do que se mostra mais estabilizado enquanto memória discursiva. Como se produziria esse sentido de ordem, associado ao anúncio de um lucro, de um resultado empresarial positivo? Pode-se considerar um apagamento, associado quanto aos sentidos deste termo enquanto enunciado: o termo “lucro” é ele mesmo um enunciado, na forma de nome. Enquanto nome (substantivo), teria se formado por derivação de um verbo, o verbo lucrar. Somente enquanto verbo, poderíamos sim perguntar: quem lucra? A nominalização transforma um sintagma verbal em um nome, apagando o agente (quem lucrou?) e a possibilidade de um enunciado que eventualmente trouxesse elementos circunstanciais.

CAPÍTULO 2

2 A PRÁTICA DA CONTABILIDADE – UMA TECNOLOGIA DO CAPITALISMO

Neste capítulo, faremos uma discussão do campo financeiro, a partir das concepções da Análise de Discurso: como compreender a prática da contabilidade, enquanto prática de linguagem presente na nossa sociedade?

Com relação à prática contábil, observamos que as normas internacionais de contabilidade são formuladas inicialmente na língua inglesa e no Brasil é realizada apenas a tradução desta norma. Em uma perspectiva discursiva sobre o funcionamento das línguas, dizemos que a língua funciona a partir de uma memória discursiva, ou seja, cada língua tem uma historicidade, dada a história e o contexto social em que se inscreve. Com relação aos sentidos de lucro, por exemplo, elemento central na prática contábil, observa-se uma diferença de fundo quanto ao termo na língua inglesa (*to profit*, de *proficiency*, remetendo a eficiência) e o termo na língua portuguesa (*lucrar*, proveniente do latim *lucrare*, raiz que deriva em português “lucrar”, mas também “lograr”, trazendo para o vocábulo um sentido de vantagens indevidas).

2.1 O contexto histórico de um método para a contabilidade

Vou trazer primeiramente algumas definições de contabilidade, a partir dos autores que são referências para a formação do contador no Brasil.

A contabilidade é a “Ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro, bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e à análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações” (FERREIRA, 2012, p. 1). Ou, segundo Iudícibus, “Ela é uma ciência social aplicada, pois, é a ação do homem que gera e modifica o fenômeno patrimonial” (IUDICIBUS et al., 2009, p. 10). Portanto, a contabilidade diz respeito a uma relação entre o homem e seu patrimônio, seus bens. Iudícibus (2009) diz que as ações de comprar, vender, produzir realizadas pelos homens modificam, alteram o patrimônio da pessoa física ou da pessoa jurídica. E para gerar, criar o patrimônio de uma instituição, ou seja, para

que uma empresa seja criada, é necessário a vontade de, no mínimo, duas pessoas para constituir uma instituição. Então a contabilidade diz respeito à relação do homem com seu patrimônio desde a criação do patrimônio, ou seja, desde que se inicia um processo de quantificação de bens.

A formação das sociedades, na história do homem, inclui a distinção entre esses homens pela afirmação do que é de quem. E a contabilidade vem ser a tecnologia que determina e gere o estatuto dessas propriedades. Além disso, é através dela que se pode dizer que se auferiu ou não o lucro. Como já mencionado, consideramos a contabilidade uma tecnologia que é junto a outros elementos motora para o capitalismo. Observamos, ainda, que dizer tecnologia, na concepção de linguagem que se apresenta neste trabalho, é dizer “linguagem”. A escrita contábil, através do método das partidas dobradas (método que determina que para toda origem existe uma aplicação de recurso de igual valor), é a prática desta tecnologia de linguagem, que se instrumentaliza através de uma matemática financeira.²

Em uma visão cronológica a partir da área da Contabilidade, atribui-se uma origem para esta já no período mesolítico (entre 10 mil e 5 mil a.C.), ou seja, em um período caracterizado como pré-histórico, o que significa que é anterior ao aparecimento da escrita (SCHMIDT, 2000).

A escrita é, segundo Auroux (2014), uma tecnologia, que produz por exemplo a possibilidade de que se possa, ao tomar a língua um objeto exterior (a escrita exterioriza a língua), promover o início de uma reflexão sobre esta: sobre a língua ou sobre as línguas, que são muitas, ou sobre a linguagem etc. Nessa visão da escrita enquanto tecnologia, o dicionário e a gramática são compreendidos como instrumentos.

Voltando à questão da contabilidade, que seria anterior à escrita, considera-se que materiais que caracterizam um sistema contábil, pequenas fichas de barro de vários formatos (cf. Anexo 1), eram utilizados para controle de estoque (demarcar o que determinado indivíduo possuía) - tais fichas indicam, portanto, a ocorrência na pré-história do homem de uma prática contábil, de forma rudimentar. A contabilidade

² A Ciência Contábil seria uma ciência aplicada: é classificada na tabela das áreas de conhecimento (CAPES/ CNPq) como uma das Ciências Sociais Aplicadas. Portanto, dado esse sentido de “conhecimento aplicado”, poderíamos compreendê-la, na divisão geral entre Ciência & Tecnologia, identificada enquanto área tecnológica, de aplicação de conhecimentos provenientes da área da Matemática, no caso. Mas, na realidade, essa distinção entre Ciência básica e Ciência Aplicada, na prática não se sustenta enquanto tal, pois todas as áreas produzem conhecimento.

deste período era apenas um controle patrimonial através das fichas de barro com demarcações dos bens e não havia, evidentemente, a preocupação de origem e destino de recursos. Era algo desestruturado, pois não respeitava critérios, princípios e leis da contabilidade, até por não haver estas naquele tempo, porém, mesmo de forma rudimentar, havia a informação do patrimônio, ou seja, havia ali a preocupação em dizer o que é de quem.

Eventos como o desenvolvimento do comércio com as Índias, o mercantilismo, o crescimento da sociedade burguesa, sociedade marcada pelo sistema capitalista, provocam a maturidade da contabilidade no que tange ao registro e controle das operações – isso ocorreu lentamente ao longo dos séculos. Mas, como indicam as fichas de barro, já a partir de um início de vida em sociedade, quando o homem começa a se agrupar, há essa demanda por um controle de bens, simbolizado pelas fichas. A simbolização, através das fichas de barro, era o início de um processo em que os homens se distinguem a partir de uma apropriação de bens, que podem ser animais, nesse início.

Um momento importante da história da contabilidade na sociedade ocidental foi a publicação de *La Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*, no ano de 1494, em Veneza, Itália, publicada pelo matemático Frei Luca Bartolomeo Pacioli.

Fazendo um paralelo entre o desenvolvimento da escrita e da contabilidade, podemos dizer que essa obra teve para a contabilidade o peso que a gramática latina teve para o desenvolvimento da escrita nas diversas línguas latinas³. A obra de Pacioli, dedicada ao Duque de Urbino, foi impressa na tipografia de Paganino de Paganini e a primeira edição é datada de 10 de novembro de 1494. O livro foi impresso em duas partes. A primeira é basicamente dedicada à aritmética e à álgebra, inclui alguns cálculos comerciais e foi dividida em nove títulos, sendo o último subdividido em 12 tratados. O mais famoso para a contabilidade é o Tratado XI, cujo título é *De computis et scripturis* (páginas 197 a 210). A segunda parte é dedicada à geometria (SCHMIDT, 2000).

De acordo com Schmidt

³ Cf. Auroux (2014), que afirma que a gramatização das línguas românicas desenvolveu-se na Europa a partir do modelo da gramática latina. É aí que este autor concebe que a escrita é uma tecnologia que se instrumentaliza na base de seus dois instrumentos: a gramática e o dicionário.

O Capítulo 36, o mais conhecido, detalha algumas regras para o lançamento contábil e, principalmente, apresenta um exemplo de como utilizar o sistema contábil de registro de contas por partidas dobradas. O exemplo demonstrado na página 210 da *Summa*, segundo Antinori e Esteve (ob. cit., p.199), apresenta as seguintes contas contábeis: Lodovico di Piero Forestani, Caixa (dinheiro) em mãos de Simone d'Alesso Bombeni, Martino di Piero Foraboschi e Francesco d'Antonio Cavalcanti. Para o lançamento dos valores foi adotado a moeda utilizada na época, ou seja, lira (L), soldi (s) e denari (d).⁴ (Schmidt, 2010, p.44)

Luca Bartolomeo Pacioli nasceu em Sansepolcro entre 1445 e 1450 e em 1517 faleceu e está sepultado na mesma cidade em que nasceu. Pacioli além de sua notória e importante contribuição para a contabilidade – por alguns autores é considerado “o pai da contabilidade” –, também prestou muitas contribuições à matemática, disciplina em que foi professor até seus últimos anos de vida. A origem de sua relação com a matemática vem de sua educação, pois foi educado pelo pintor e matemático Piero dela Francesca, que o ensinou álgebra, matemática e as proporções platônicas. A obra *La Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá* tornou-se instantaneamente famosa e, em 1497, Pacioli foi convidado a ensinar matemática, em Milão, na corte de Lodovico Maria Sforzo, duque de Milão. Um dos seus alunos viria a ser Leonardo da Vinci. Durante os anos que Pacioli e da Vinci permaneceram em Milão, os dois se ajudaram para criar duas obras que iriam ficar para a posteridade. Da Vinci ilustrou o segundo mais importante manuscrito de Pacioli “De Divina Proportioni” (A Divina Proporção). E Pacioli, por sua vez, ensinou a Da Vinci perspectiva e proporcionalidade, o que permitiu ao pintor criar uma das suas maiores obras primas: um mural na parede norte do claustro Dominicano de Santa Maria de Graça. Este mural é uma das mais famosas pinturas do século XV, conhecido como *A última ceia*. A geometria que Pacioli ensinou a Da Vinci viria a se manifestar em muitos dos seus últimos trabalhos e o próprio artista menciona muitas vezes Pacioli nas suas obras (SÁ, 2004).

A obra do Frei Luca Pacioli traz o método que norteia a movimentação contábil até a presente data, conhecido como o Método das Partidas Dobradas. Ele determina que para todo débito existe um crédito de igual valor, ou seja, em uma movimentação contábil, toda aplicação de recurso tem sua origem de igual valor. O *débito* é a aplicação e o *crédito* a origem dos recursos. Se determinada empresa adquire produtos para estoque, estes tiveram origem da empresa, ou seja, a própria empresa

⁴ O lançamento descrito por Pacioli e referido por Schmidt encontra-se no anexo 2.

comprou à vista ou vieram através dos fornecedores, isto é, uma compra a prazo. Sempre haverá a origem e a aplicação dos recursos de valores idênticos. Por exemplo, se o valor da compra de mercadorias para estoque for de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) financiado pelo fornecedor, será realizada a seguinte operação: débito na conta estoques de mercadorias, pois é destino da operação, e um crédito na conta de fornecedores, origem da operação, ambos lançamentos no valor de quatro mil reais, ratificando a teoria de que sempre haverá um débito de igual valor ao crédito.

De acordo com Schmidt (2000), embora Pacioli seja apresentado como o criador das partidas dobradas, ele foi, na realidade, o primeiro grande propagador do sistema contábil de registro, devido à época da publicação de sua obra coincidir com a introdução da imprensa na Itália. Para Sá (2004, p. 25) “[...] não foi ele o autor das Partidas Dobradas, mas, sim, o grande motivo da imensa difusão destas em toda a Europa”. Sá (2004) afirma que não há possibilidade de comprovação da real autoria das “partidas dobradas”, nem como comprovar as aplicações destas antes do período da obra de Pacioli, porém, Sá (MELIS, 1950, apud SÁ, 2004) alega que o processo de registro contábil de igualdade entre o débito e o crédito de contas surgiu na Itália entre os anos de 1250 e 1280. Já Iudícibus (IUDÍCIBUS et al., 2009) afirma que recentemente autores chineses defendem que as partidas dobradas já eram praticadas na China e que os italianos aprenderam com eles. Tais relatos quanto à anterioridade da prática do método das partidas dobradas fazem supor que este já estava presente nas relações comerciais, muito antes de Pacioli apresentá-lo em sua obra.

E podemos acrescentar brevemente que a preocupação com a autoria é um advento posterior. É com o Renascimento e o início da Idade Moderna, e, com ela, também a imprensa, que tem início essa responsabilização autoral sobre o texto escrito. Ao mesmo tempo, a imprensa, como meio de reprodução mecânica do texto, possibilita a difusão, a circulação rápida e extensa para os padrões da época.

Assim, podemos fazer essa discussão presente nos autores da contabilidade convergir na direção da reflexão de Sylvain Auroux sobre a escrita enquanto tecnologia.

Segundo Ferreira (Auroux 1992, 1998 apud Ferreira, 2015), são três as importantes revoluções na história do homem relativos à linguagem: o surgimento da

escrita, a gramatização das línguas do mundo e a mecanização da linguagem através da informatização.

Para a autora Ferreira

Em relação à primeira revolução tecnolinguística, a da escrita, podemos dizer, a partir de Auroux (1992), que seu aparecimento se deve a um longo processo, relacionado muito provavelmente com o aparecimento dos centros urbanos. Com a criação desses centros, produziu-se a necessidade de registrar, calcular, administrar e conservar informações sobre a vida cidadina. No entanto, não é simples precisar o momento específico em que tais registros se transformaram, de fato, em um sistema de escrita. Daí a importância em pensar na invenção da escrita como um aparecimento, compreendido enquanto um longo processo (FERREIRA, 2015, p.80).

Segundo Auroux (2014), a gramatização das línguas foi tão importante para a história da humanidade como a Revolução Industrial do século XIX, mudou muito a comunicação humana. A terceira revolução tecnolinguística é a questão da autonomização do instrumento.

[...] nenhum instrumento, por definição, é autônomo, mesmo uma calculadora eletrônica ou um computador. Esses instrumentos podem formalizar e externalizar capacidades humanas e até, em um sentido bem delimitado, substituí-las, mas sua autonomia é sempre dependente da/e determinada pela programação que foi construída para eles (FERREIRA, 2015, p. 82).

O desenvolvimento da escrita inicialmente e posteriormente a imprensa, que mecaniza uma reprodução para a escrita e promove uma velocidade no acesso ao conhecimento, possibilitaram o desenvolvimento econômico e social. Conforme encontramos em Fernandes (2018), durante milênios a escrita era restrita a modos de reprodução muito limitados, como, por exemplo, a escrita cuneiforme dos sumérios ou os papiros egípcios, entre outras variadas formas de reprodução, cujo acesso era restrito a pequenos grupos de pessoas. Apenas com a invenção da imprensa passou a ficar intensa. Isso se dava, principalmente, devido à facilidade que havia na reprodução dos textos. Não era mais necessário copiar à mão palavra por palavra. Fazia-se um molde com os caracteres móveis e, a partir dele, imprimiam-se várias cópias.

Além das duas grandes revoluções, segundo Auroux (2014), a escrita e a imprensa, pode-se pensar que o surgimento da moeda e a utilização da aritmética foram também de grande importância, não só para a contabilidade, mas sobretudo para a sociedade que se desenvolveria na direção do sistema econômico capitalista. A moeda, como instrumento de troca, pôde substituir o escambo e possibilitou o surgimento da compilação de valores aos produtos e análises das operações realizadas. A utilização dos fundamentos da aritmética possibilita a procura por

soluções para problemas de controle contábil, conforme Sá (2004), a aritmética deu origem ao método das partidas dobradas.

A primeira escola de pensamento contábil, a escola contista, surgiu no século XV, com a obra de Luca Pacioli. A preocupação central era explicar o funcionamento das contas, ou seja, a preocupação volta-se para as contas e não para as operações que eram realizadas nestas contas. Conforme Schmidt (2010), a preocupação dos autores está em apresentar e descrever como deveriam ser registradas as transações em livros contábeis pelas partidas dobradas, a contabilidade devia se preocupar com o processo de escrituração e as técnicas de registro por meio do sistema de contas.

Conforme Pêcheux (2002, p.30) “A esta série vem se juntar a multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos [...]”. O contador é um tipo de especialista em gestão, que se utiliza de desenvolvimentos técnicos da matemática. Pêcheux (2002) fala de espaços discursivos, logicamente estabilizados entre as ciências (da natureza) e as técnicas de gestão social dos indivíduos.

Conforme Schmidt (2010), as contas representavam sempre uma pessoa (física ou jurídica). “Para uma corrente de contista, dentro de uma empresa podemos distinguir três espécies de pessoas: o capitalista ou proprietário, o gerente e terceiros (fornecedores, clientes, etc.)” (SCHMIDT, 2010, p.31). As teorias da escola contista vigoraram até o século XVIII.

Diferentemente do que ocorre quanto ao aparecimento da escrita, que é mais difusa no tempo e plural, a escrituração contábil relaciona-se a esse evento da publicação de Luca Pacioli como marco que origina a disseminação de um sistema contábil único.

2.2 A Contabilidade no Brasil

Um das primeiras manifestações contábeis brasileiras ocorreu no reinado de D. João VI. Quando da instalação de seu governo provisório em 1808, como relata Gomes (1956, p.19), foi publicado um alvará obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil (SCHMIDT, 2000, p. 205).

A contabilidade originou-se de uma necessidade de controle privado patrimonial, de dizer o que é de quem, através de fichas de barro, demarcava o que era de um e não de outro. O principal usuário desta informação, até certo momento, eram os próprios proprietários, com um controle muito pessoal, mas, como o trecho acima transcrito descreve, no Brasil colônia, o governo monarca de D. João já contava com profissionais da contabilidade embasados pelo método das partidas dobradas.

É através da contabilidade que o Estado recolhe a maior parte de sua fonte de receitas, que é a cobrança de impostos, bem como calcula e recolhe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos empregados e a contribuição do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) dos trabalhadores na sociedade que, em certo momento, organiza uma série de medidas, em torno do que convencionamos chamar “direitos trabalhistas”. A partir desse momento, a contabilidade tornou-se uma tecnologia extremamente importante para toda a sociedade e para a manutenção do Estado, em especial, um Estado dito “de Direito”. No Brasil, o tributo é a principal fonte de financiamento sustentável das atividades estatais e sua normatização está expressa no Sistema Tributário Nacional, regido por princípios constitucionais.

Então, além de ser uma tecnologia do capitalismo, para determinar se houve lucro e qual a sua proporção, a contabilidade também é utilizada pelo Governo para determinar qual será imposto a recolher pelo contribuinte e qual o valor dos encargos sociais pagos pelas empresas, empregados e autônomos. Entendamos como encargos sociais valores que oferecem algum benefício indireto ou a longo prazo ao empregado, um exemplo, é o recolhimento da contribuição do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que possibilita a aposentadoria do empregado quando for o momento.

Conforme Schmidt (2010) “Analisando a evolução contábil no Brasil, percebe-se que, desde o início, fica patente a interferência da legislação, que sempre acompanhou a Contabilidade nacional em seus meandros” (SCHMIDT, 2010, p.205).

A relação da legislação para com a prática contábil faz parte das determinações pelas quais o Estado funcionou enquanto poder central, legitimado pelo seu cidadão. Conforme Laggazi

Para coagir, o Estado precisa se mostrar forte, centro do poder que ‘emanaria’ do próprio povo. É o Estado centralizador, autoritário que enquanto aparelho repressivo (Althusser, 1974) mantém uma relação coercitiva com seus cidadãos e cobra de cada indivíduo sua responsabilidade perante seus atos. (LAGGAZZI, 1988, p. 17)

Esta cobrança ao cidadão por seus atos permite interpretar que o Estado deve cobrar pelos resultados das negociações, seja cobrando a pessoa física ou jurídica. O Estado precisa de uma fonte de arrecadação para se manter, ele necessita ser financiado e são as pessoas – físicas e jurídicas – que mantêm o Estado. E é através da contabilidade que o Estado realiza a maior parte de suas arrecadações. É a contabilidade que possibilita ao Estado visualizar a dimensão do imposto que será cobrado e recolhido, ou seja, é através da contabilidade que o Estado cobra de cada cidadão a sua responsabilidade em relação ao recolhimento de impostos.

O Código Comercial Brasileiro, de 1850, institui a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração do Balanço Geral, composto por bens, direitos e obrigações das empresas comerciais. O código não normatiza os procedimentos contábeis, apenas determina o seguimento de uma ordem uniforme de contabilidade por parte das empresas.

No campo da educação, em 1863, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro começou a oferecer a disciplina Escrituração Mercantil, com o intuito de qualificar seus alunos para a prática do registro contábil; em 1890, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro passou a oferecer a disciplina de Direito Administrativo e Contabilidade e em 1902 foi fundada a Escola Prática de Comércio, o que atualmente seria o 2º grau profissional. Em 1905, esta escola foi nomeada Escola de Comércio de São Paulo, adotando em dois anos a denominação Escola de Comércio Álvares Penteado, homenagem a um dos seus fundadores e colaboradores: a escola foi responsável pela formação de muitos dos primeiros professores de contabilidade de destaque do cenário nacional.

No ano de 1919, por iniciativa de alguns formandos da Escola Álvares Penteado, foi criado o Instituto Paulista de Contabilidade, posteriormente transformado em Sindicato dos Contabilistas de São Paulo. O decreto nº 20.158 de 1931 regulamentou a profissão de contador no Brasil. Em 1945, com a criação da faculdade de Ciências Contábeis, a profissão passa a ser considerada uma carreira universitária.

A primeira Lei das Sociedades por Ações brasileira, decreto lei nº 2.627 de 1940, estabeleceu procedimentos para a contabilidade nacional, tais como avaliação de ativo e apuração e distribuição de lucros. Determinou ainda a criação de contas de reservas e os padrões para publicação do balanço e da demonstração de lucros ou

perdas. Com este decreto, os contadores começam a ter instrumentos para nortear suas atividades e, também, ele influencia o ensino da prática contábil no Brasil. Além de seguir as orientações do decreto-lei, a classe contábil começa a obedecer a determinações da legislação fiscal, que exigia procedimentos contábeis para apuração do imposto de renda.

“Em termos mundiais, a Contabilidade brasileira é reconhecida por sua alta contribuição no campo do tratamento da contabilidade em períodos de inflação alta, a chamada escola da correção monetária” (SCHMIDT, 2000, p. 208). Conforme Schmidt (2000), através da Lei nº 3.470, de 1958, a correção monetária dos ativos foi instituída no país: a lei facultava às empresas a utilizar os índices de correção monetária, de modo que elas poderiam corrigir os ativos fixos ao final de cada dois anos. Esta lei introduziu o conceito de correção monetária no Brasil.

Para Schmidt (2000), no Brasil a contabilidade pode ser dividida em duas etapas, o período anterior a 1964 e o período posterior a 1964. O ano de 1964, início da segunda etapa, foi marcado pelo desenvolvimento da conhecida escola da correção monetária. Para Schmidt (2010) umas das causas que contribuíram com o golpe militar de 1964 foi a falta de habilidade do Governo em controlar a inflação, que causava sérios problemas de recessão econômica ao país. Em julho deste ano, foi expedida a lei 4.357, que tornou obrigatória a correção monetária do ativo imobilizado e do capital das pessoas jurídicas: “[...] a lei trouxe para a Contabilidade brasileira um instrumento que resolveu, pelo menos em partes, as enormes distorções causadas pela inflação nos relatórios contábeis” (SCHMIDT, 2000, p. 210).

O Decreto nº 58.400 de 1966 legisla sobre o imposto de renda e faculta a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Esta provisão deve reconhecer como despesas, na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a possibilidade de perdas financeiras, ou seja, de inadimplência. Isto quer dizer que a contabilidade pode reconhecer como despesa algo que ainda não incorreu, uma possibilidade de perda por inadimplência, este reconhecimento interfere diretamente no resultado da empresa, resultado este que será utilizado para cálculo do imposto de renda.

No capítulo seguinte, apresentaremos análises de algumas manchetes jornalísticas em que são constituídos enunciados sobre o lucro de determinadas empresas, a saber, instituições financeiras. Localizamos entre essas manchetes

formulações sobre o lucro que se fazem através de uma relação com a chamada “inadimplência”. Pode-se considerar que os enunciados assim constituídos permitam visualizar uma relação de sentido produtiva entre o *lugar do capital*, formulado pela nomeação e estipulação do *lucro*, e um *outro lugar*, através da sua formulação pela *(in)adimplência*, ou seja, enquanto *função* – hipoteticamente, prevê-se que certo número de sujeitos que “devem” ao capital falhem com este pagamento.

Atualmente, as instituições financeiras obedecem a resolução Nº 2.682 do Banco Central do Brasil que legisla sobre as regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ou seja, existe uma regra para a instituição financeira reconhecer o inadimplente no resultado da companhia. A escrituração contábil da inadimplência, por parte das instituições financeiras – que são base de pesquisa do presente trabalho – segue o quadro resumo abaixo:

Figura 1 – Critério para escrituração contábil da inadimplência – Instituições Financeiras

NÍVEL DE RISCO	PROVISÃO CONSTITUIDA	DIAS DE ATRASO
AA	0,00%	-
A	0,50%	-
B	1,00%	15 e 30 dias
C	3,00%	31 e 60 dias
D	10,00%	61 e 90 dias
E	30,00%	91 e 120 dias
F	50,00%	121 e 150 dias
G	70,00%	151 e 180 dias
H	100,00%	Superior a 180 dias

Fonte: elaborado pelo autor com base Resolução Nº 2.682 (1999)

Podemos observar no quadro acima que cada instituição financeira precisa classificar seus clientes conforme o nível de risco.⁵ Ou seja, configuram-se, no contexto da prática da contabilidade, classificações, tal como a exposta acima, que, no caso, manifestaria uma avaliação de risco empresarial, financeiro. Em uma tal classificação, podemos considerar que se mostra o que Pêcheux (2002) descreve como “gestão social dos indivíduos”, em que se recobrem - dada uma continuidade entre “o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações” (p.

⁵ Todos os detalhes do quadro exposto encontram-se no Anexo 3 que traz a referida resolução na íntegra.

32) - sujeitos e relações sociais, políticas, econômicas, por uma “homogeneidade lógica”. Tal classificação, no caso, distingue sujeitos devedores de instituições diferentes, a partir de um maior ou menor risco de falhar com o pagamento de sua dívida para com o capital: ou seja, todos clientes precisam estar/ ser classificados dentro de um nível de risco determinado pela instituição financeira, de modo que um cliente classificado como AA não seria classificado como A, nem como B, ou C etc.

Além do Decreto sobre imposto de renda em 1966, que trouxe grandes contribuições para a mensuração do resultado das instituições, outra fato importante para a contabilidade, no mesmo ano, foi o trabalho desenvolvido pelo professor Sergio de Ludícibus sobre um conjunto de princípios e normas tendentes a tornar a contabilidade apta a resolver os problemas de registros, apuração e análise que ocorrem quando há variações de preços de bens e serviços em uma economia. O professor defendeu a tese de doutorado no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP cujo título era “Contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis”.

Mais um evento significativo para a contabilidade brasileira ocorreu em 1972, foram as Circulares nº 178 e nº 179, expedidas pelo Banco Central do Brasil. A circular 178 determina exclusividade para o contador em se registrar como auditor independente do Banco Central do Brasil. Já a circular nº 179 oficializa a expressão Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, tradução do inglês GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*), apesar de não listá-los.

Art. 2º Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. (Resolução CFC n.º 750, 93).

De acordo com a resolução do CFC nº 750, de 1993, são sete os princípios contábeis, conforme a seguinte relação:

- I) o da ENTIDADE;
- II) o da CONTINUIDADE;
- III) o da OPORTUNIDADE;
- IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA (Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10);
- VI) o da COMPETÊNCIA; e
- VII) o da PRUDÊNCIA.

O Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, ou seja, os bens dos sócios não se confundem com os bens da entidade.

O segundo princípio, o da Continuidade, pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. A continuidade das atividades da empresa dá-se, presumivelmente, por tempo indefinido (salvo exceções). Assim, por este princípio, a empresa deve ser considerada como um organismo em constante e contínuo de produção, venda, compra, consumo, investimentos etc.

O da Oportunidade determina que todas as variações sofridas pelo patrimônio da empresa sejam contabilizadas logo que ocorrem. É por isso que são feitas as chamadas “provisões” – por exemplo, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, por meio da qual é reconhecida uma perda que a empresa teve por não receber parte de seus créditos (geralmente decorrentes de vendas a prazo), os inadimplentes.

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações expressos em moeda nacional.

O Princípio de número cinco, Atualização Monetária – que determinava que os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais –, foi revogado a partir da resolução do CFC nº 1.282, de 2010, devido a inflação do país estar dentro de níveis controlados, não alterando a informação do patrimônio a proporção que seja necessário a utilização deste mecanismo.

O sexto princípio, o da Competência, indica que todas as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado da empresa no período em que ocorrem, independentemente de recebimento ou pagamento.

O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. A aplicação

desse princípio deve garantir a inexistência de valores artificiais, de interesse de determinadas pessoas, especialmente administradores, e controladores, aspecto muito importante sobretudo nas companhias abertas.

Os princípios de contabilidade são normas gerais, orientadoras da escrituração contábil, para que as instituições apurem seus resultados dentro dos mesmos critérios, sem os princípios de contabilidade cada instituição apuraria seu resultado como lhe conviesse. Devido à importância da contabilidade para sociedade e para a manutenção do Estado, os princípios de contabilidade auxiliam a sociedade a recolher os impostos dentro de um mesmo critério e ao Estado receber o que lhe é devido.

No Brasil, a Contabilidade tomou formas e diretrizes através de legislação específica no século XX, com a Lei nº 6.404 de 1976, que marcou uma nova fase do desenvolvimento da contabilidade no Brasil. Segundo Iudícibus (IUDÍCIBUS et al., 2010), antes de 1977 a contabilidade seguia critérios fiscais, principalmente pela legislação de Imposto de Renda. Havia orientações e os decretos-leis eram pautados nas informações fiscais, especificamente na elaboração do lucro fiscal, pois não havia uma legislação específica da contabilidade.

A preocupação era de como se calcular o imposto de renda, não sendo as informações aos empresários o foco da contabilidade, naquele momento. Como a contabilidade brasileira sofre muita influência dos Estados Unidos, vale ressaltar que a legislação do imposto de renda não influenciou somente a contabilidade brasileira. Conforme Niyama (2013), nos Estados Unidos a legislação do imposto de renda também exerceu forte influência sobre a evolução da contabilidade, pois estabeleceram as alíquotas de tributação e indicaram que o imposto deve ser cobrado sobre o lucro, conceito ratificado em uma emenda à Constituição norte-americana de 1913.

Na relação entre a prática mercantil e a tributação, pode-se visualizar o lucro em duas instâncias: antes e depois deste ser tributado. Antes denominado como *lucro tributável* e depois de ser tributado chamado com *lucro líquido*, ou somente lucro, como é anunciado nas manchetes. Portanto existe uma relação direta entre lucro e imposto de renda, ou seja, quanto maior lucro, maior o imposto de renda. Pois, a alíquota do imposto de renda é de 15% (quinze por cento) sobre o valor do lucro, caso este valor seja maior que R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mês, aplica-se uma alíquota adicional de 10% (dez por cento) sobre a parcela do lucro que exceder o limite. O

cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica se diferencia do imposto de renda da pessoa física, cálculo que está mais presente na memória dos indivíduos, pois faz parte da rotina de uma grande parte da sociedade. O imposto de renda da pessoa física, segue uma tabela de progressão, de modo que o cidadão que ganha mais paga imposto. O cálculo da pessoa jurídica segue a mesma diretriz as empresas que mais lucram mais pagam impostos, como interpretado pelas alíquotas.

No Brasil, a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976) significou um início de redirecionamento, começando-se a descolar a contabilidade de uma relação unilateral ou primordial com o fisco. Isso se deu principalmente através do art. 177, que propunha uma escrituração orientada pela Lei das Sociedades Anônimas e os princípios de contabilidade.

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência (LEI Nº 6.404, SENADO FEDERAL, 1976).

A Lei das Sociedades Anônimas objetivava a permissão da elaboração de demonstrativos contábeis corretos sem prejuízo da declaração do imposto de renda, respeitando todos os limites impostos pelo fisco.

A existência da Lei (das Sociedades por Ações) se por um lado foi a maior alavanca para a melhoria da Contabilidade no Brasil nas últimas décadas, com o decorrer do tempo levou a uma situação de camisa de força que impediu a evolução, principalmente rumo às Normas Internacionais de Contabilidade (IUDÍCIBUS et al., 2010, p.14).

Um novo ensaio a caminho da convergência das Normas Contábeis Brasileiras às Normas Contábeis Internacionais, de acordo com Azevedo (2010), teve origem com o Projeto de Lei nº 3.741/2000, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O número dado ao projeto de lei foi 121/2007 e sete anos após o projeto foi publicada a Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

Em 2000, quando foi proposto o projeto, a intenção era que o Brasil estivesse entre os primeiros países do mundo a adotar as normas internacionais de contabilidade, mas, devido à demora, toda a União Europeia passou à frente (IUDÍCIBUS et al., 2010). Esta afirmativa produz sentido de que existia uma disputa pela harmonização, sugiro que havia uma concorrência em quem seria o primeiro a realizar a harmonização das normas internacionais. Mas, nesta corrida de ser o primeiro ou não, qual seria o prêmio? O país necessitava de uma contabilidade nível

internacional? Os contadores suplicavam por estas regras internacionais? Penso que o prêmio seria o país estar inserido na tendência mundial, ter uma contabilidade padronizada – mesmo que no discorrer dos autores a palavra correta fosse harmonizada.

No termo harmonização parece funcionar um silenciamento em relação às condições diversas dos diferentes países: ou seja, padronizam-se as regras contábeis colocando-se os diferentes países em uma situação de “igualdade” em relação às regras da movimentação contábil. Há de fato desigualdades gigantescas entre as economias dos diferentes países: o que a harmonização pode significar no âmbito dessas desigualdades, em termos da relação entre economias? A “harmonização” fica como imagem de fluxos e trocas econômicos situados de forma horizontal.

Para Niyama (2013, p. 36) “O crescimento do comércio, as necessidades de investimento, o acesso fácil e rápido às notícias de outros países são fatores que contribuem para a harmonização da Contabilidade em termos mundiais”. De acordo com Azevedo (2010), a harmonização objetivou, não somente colocar o Brasil no caminho da tendência mundial, mas facilitar a análise das demonstrações por investidores estrangeiros que teriam interesse em aplicar recursos no Brasil e ajudar empresas do país a ter acesso ao mercado externo, ou seja, facilitar o processo de comunicação. Também visou adequar à Lei das Sociedades por Ações à nova realidade econômica, tendo em vista o processo de globalização do mercado interno e externo, bem como a internacionalização dos princípios de contabilidade, em âmbito mundial. Para Assaf Neto (2010), a harmonização das normas contábeis possibilitou uma melhor comparabilidade das demonstrações contábeis das empresas do Brasil com empresas de outros países. Acredito que a adequação aos processos de globalização trouxe mais benefícios aos países investidores, os países de maior poder econômico, que beneficiou as instituições nacionais, já que as instituições brasileiras possuíam, na contabilidade nacional, uma contabilidade que possibilitava análise e comparabilidade pelos empresários e investidores nacionais.

O termo harmonização está sempre presente quando se fala em implantação das regras internacionais de contabilidade no Brasil. De acordo com Niyama (2013) o termo é utilizado geralmente quando se pretende discutir a adequação de normas de diferentes países objetivando a possibilidade de comparação. Segundo o autor o termo harmonização seria menos impositivo que padronização. Neste contexto,

conforme Camargo (2017), o termo harmonização contábil significa conciliar as práticas contábeis entre diversos países intencionando reduzir as diferenças dos procedimentos da área.

Quando falamos em diminuir as diferenças queremos dizer que a harmonização contábil reconcilia sistemas contábeis ao mesmo tempo em que preserva as particularidades de cada país. Seu objetivo é o de pura e simplesmente melhorar o entendimento e a interpretação da troca de informações. (CAMARGO, 2017)

Harmonização propõe sentidos de que o país precisava, naquele momento, conviver em harmonia econômico-financeira com os demais países, criar uma harmonia, entrar em consonância com os relatórios financeiros do mundo. A harmonização possibilitava que empresas de países diferentes conseguissem interpretar e comparar informações com os relatórios do Brasil, porém, ao mesmo tempo, a presença do não dito sugere o sentido que de as regras aplicadas no país estavam em desarmonia com o mundo e precisávamos harmonizar já que éramos algo fora de sintonia, fora da harmonia.

É assim que se pode, a meu ver, considerar que os sentidos produzidos com a significação dessa padronização na contabilidade enquanto “harmonização” silenciam as desigualdades entre os países, como pontuamos acima. Tais sentidos parecem assim se somar aos sentidos da globalização, no ideal de um capitalismo sem fronteiras, podendo o capital circular “sem barreiras”.

Para isso a contabilidade internacional busca uma linguagem comum para todos os países da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com Niayama (2013), os princípios e regras internacionais são detalhados em pronunciamentos que são publicados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que é um comitê internacional de padrões de contabilidade, órgão independente, do setor privado, criado em 1973, para o estudo de padrões contábeis, sediado em Londres, Reino Unido. Formado por um Conselho de Membros, constituído por representantes de todo mundo, inclusive do Brasil, que é representando pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

No Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado através da Resolução CFC nº 1.055 de 2005, é o órgão responsável pelos pronunciamentos contábeis. Conforme Resolução nº 1.055, artigo 2º, o comitê é constituído pelas seguintes instituições brasileiras, Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado

de Capitais (APIMEC NACIONAL), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI).

Art. 3º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (CFC, 2005)

Os pronunciamentos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são disponíveis no site da instituição. Até maio de 2018, havia 50 pronunciamentos, da sequência do 00 ao 48 e um destinado às Pequenas e Médias Empresas (CPC PME).

Os nomes dos pronunciamentos possuem a seguinte estrutura: inicia-se com as letras CPC, acompanhado de dois números, o título do pronunciamento e fazem menção ao pronunciamento elaborado pela IASB (*International Accounting Standarts Board.*).

Abaixo será apresentado, um exemplo de um nome de um pronunciamento, o modelo demonstrado, aleatoriamente, é o pronunciamento que dita regras sobre o estoque:

Figura 2 – Exemplo de Estrutura do Nome do Pronunciamento Contábil elaborado pelo CPC

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 16(R1)

Estoques

Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 2 (IASB)

Fonte: www.cpc.org.br

Os pronunciamentos emitidos pelo CPC são traduções dos pronunciamentos emitidos pela IASB, ou seja, ocorre uma transferência de normatização quanto às questões contábeis que pressuporia ou produziria uma significação meramente “técnica” para as regras neste âmbito. Assim, em uma significação técnica, a-política

para as regras contábeis, pode-se ignorar as diferenças estruturais, sociais, históricas e inclusive econômicas, entre as diferentes nações.

A contabilidade no Brasil pode-se metaforizar com um cabo de guerra. De um lado está o Governo, com toda tecnologia e aparato para se resguardar e recolher o maior valor de impostos devidos possíveis, do outro lado está o empresário, que, na grande maioria, não detém de tanta tecnologia assim, preparando-se para pagar o menor valor de imposto possível, em muitos casos de formas ilegais. De acordo com a estimativa do site quantocustaobrasil.com.br, até o dia 10/06/2018 o Brasil havia perdido mais de duzentos e cinquenta e um bilhões e trezentos milhões de reais com sonegação de impostos. Conforme Chade (2017), a evasão fiscal das empresas brasileira, proveniente de manobras utilizadas pelos contribuintes para evitar pagar impostos por violação às leis⁶, chega a 27% do total dos impostos que deveriam ser pagos. Os países da América Latina arrecadam apenas 50% do total de impostos que deveriam ser recolhidos. A sonegação no imposto de renda da pessoa física varia de 33% no Peru a 70% na Guatemala, já os impostos sobre as empresas variam de 27% no Brasil para mais de 50% na Costa Rica e Equador. No meio deste cabo de guerra está o contador, pressionado rotineiramente pelo governo, com declarações, cada vez mais detalhadas, para conseguir aumentar sua arrecadação e, forçado, também, pelo empresário, que por sua vez, quer recolher cada dia menos impostos.

O processo de registros contábeis cuja equação determina uma igualdade entre os débitos e créditos, conhecido como método das partidas dobradas, é o mecanismo através do qual registra-se toda e qualquer movimentação dentro de uma empresa. Estas movimentações, conhecidas como lançamentos contábeis, dão origem às demonstrações contábeis que são apresentadas aos seus usuários, sejam aos usuários internos, que são os sócios, administradores etc. sejam os usuários externos, como investidores, financiadores, fornecedores, governos e o público em geral.

As demonstrações contábeis obrigatórias serão expostas em seguida.

⁶ Evitar pagar impostos por violação às leis está relacionado a sonegação. Há como reduzir a carga tributária realizando o planejamento tributário, que é evitar pagar impostos de forma totalmente legal.

2.3 Demonstrações Contábeis Obrigatórias

Nesta parte do trabalho vou abordar sobre as demonstrações contábeis, explicarei brevemente sobre todas elas, dando um enfoque maior na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de onde o lucro – anunciado nas manchetes de jornais – é extraído.

O termo “demonstração” é bastante significativo de um imaginário sobre a prática da contabilidade. Segundo o dicionário Michaelis, a palavra demonstração significa: “prova, comprovação, evidência”. Desse modo, dado os nomes de seus documentos, que são o modo como a informação contábil circula, através dos “demonstrativos”, produz-se esses sentidos de que a contabilidade trabalha no campo das evidências, sugerindo que nos seus relatórios não há espaço para a opacidade, para outro entendimento diferente do que está descrito nos números, desde que o leitor tenha conhecimentos técnicos para realizar a leitura destes.

O Pronunciamento Técnico CPC 26, item 9, define demonstrações contábeis como uma representação organizada do desempenho, da posição financeira e patrimonial da entidade.

De acordo com Iudícibus (IUDÍCIBUS et al., 2010), as Demonstrações Contábeis obrigatórias são as seguintes:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado (para companhia aberta);
- Notas Explicativas.

2.3.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é uma importante demonstração contábil, por meio do qual pode-se apurar a situação patrimonial e financeira da empresa em um determinado momento. Através deste demonstrativo permite-se observar o Ativo, o

Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade. O ativo é constituído pelo conjunto de bens, ou seja, o que a entidade possui, como, por exemplo, estoques, máquinas, dinheiro em tesouraria etc. e direitos que são valores que ela possui, mas está em poder de terceiros, como contas a receber, saldo bancário e outros. O Passivo representa as obrigações que a instituição tem com terceiros, como, por exemplo, contas a pagar, fornecedores, empréstimos bancários, salários a pagar, impostos a recolher etc. Já o Patrimônio Líquido, que pode ser representado pela equação da subtração do Ativo menos o Passivo, representa os valores dos sócios, ou seja, as obrigações que a entidade tem com seus sócios/acionistas. Neste grupo há o Capital Social, que é o valor que os sócios investiram na entidade, Reserva de Lucros, que são lucros apurados em períodos anteriores e não distribuídos aos sócios ou acionistas etc.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a publicar o patrimônio e a composição do patrimônio líquido da entidade.

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Segundo Ching (2010), a demonstração do resultado do exercício resume as despesas e receitas de uma empresa. Ela confronta as realizações (normalmente receitas de vendas) e os esforços (custos das mercadorias e despesas) de uma entidade. Quando as receitas são superiores aos custos e despesas, o resultado é o Lucro e quando há o resultado inverso encontra-se o Prejuízo. De acordo com Santos (SANTOS et al., 2011), a DRE possui a finalidade de evidenciar a constituição do resultado do exercício. Ela compara as receitas e ganhos com as despesas e perdas incorridas em determinado período. O demonstrativo apresentará as receitas do período, independente do recebimento, e os custos e despesas incorridos. A demonstração do resultado do exercício, para Iudícibus (IUDÍCIBUS et al., 2009, p. 174), "(...) descreve as causas do aparecimento de determinado resultado".

Martins (2003) define despesa como um bem ou serviço consumido para obtenção de receitas e custos como bem ou serviços utilizados na produção de outros bens e serviços. O CPC 00, item 4.25, define receitas e despesas como:

4.25. Os elementos de receitas e despesas são definidos como segue:

(a) receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

(b) despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais (CPC 00, item 4.25)

Para Ching (2010), o resultado ou lucro de uma instituição recebe mais atenção do que qualquer outro item nas demonstrações contábeis, talvez por ser a informação mais importante da empresa. O lucro mede a capacidade do negócio de obter resultado e indica se a empresa tem ou não operado com sucesso.

A demonstração do resultado do exercício é o relatório utilizado como base para a confecção das manchetes de jornais especialistas em anúncio sobre o resultado das instituições, já que a função deste relatório é evidenciar o resultado (lucro ou prejuízo) destas. Como o *corpus* do trabalho tem como foco este relatório, abaixo será apresentado um exemplo da Demonstração do Resultado do Exercício.

Figura 3 – Exemplo de Demonstração do Resultado do Exercício

Receita	100.000,00
Custo das Vendas	50.000,00
Lucro Bruto	50.000,00
Despesas com Vendas	15.000,00
Despesas gerais e administrativas	12.000,00
Outras receitas e despesas	1.500,00
Resultado de equivalência patrimonial	900,00
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	20.600,00
Receitas Financeiras	2.000,00
Despesas Financeiras	650,00
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	21.950,00
Tributos sobre o lucro	5.268,00
Lucro Líquido do Exercício	16.682,00

Fonte: elaborado pelo autor com base em Almeida (2014)

Receita está relacionada com vendas de produtos ou mercadorias e prestação de serviços, associadas as atividades operacionais da empresa.

Custo das Vendas está relacionado com o custo dos produtos que foram produzidos ou mercadorias revendidas ou custo dos serviços prestados. Pelo princípio da competência, reconhece-se o custo daquilo que foi vendido, por exemplo, se na receita houver o valor de 100 produtos, no custo das vendas haverá o custo dos 100 produtos, caso a empresa tenha produzido um número maior, a diferença se encontrará em estoque, disponível para vender.

Lucro Bruto é a diferença entre receita e custo das vendas (conforme exemplo acima) $100.000 - 50.000 = 50.000$.

Despesas com Vendas representam gastos incorridos para efetuar vendas, ou seja, auferir receita.

Despesas gerais e administrativas são valores utilizados com todas as áreas administrativas da entidade, setor de compras, contabilidade, financeiro, faturamento etc.

Outras receitas e despesas não estão relacionadas às atividades operacionais da empresa, não é a receita comentada anteriormente. Um exemplo de *outra receita* é o seguinte: uma indústria têxtil adquire um imóvel e este é objeto de locação, o valor recebido do aluguel deste imóvel será *outras receitas*, já que a atividade operacional da fábrica não é administração e locação de imóveis.

Resultado de equivalência patrimonial é o reconhecimento do lucro ou prejuízo de uma investidora sobre o seu capital investido em outra companhia (investida), proporcional a sua porcentagem de participação. Sendo assim, caso uma investida apura um lucro de R\$ 10.000,00 e a investidora participe de 25% do capital dela, a investidora deverá reconhecer em seu resultado um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 2.500,00.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras é a diferença entre o *Lucro Bruto* e as *Despesas com Vendas*, *Despesas gerais e administrativas*, *Outras receitas e despesas* e *Resultado de equivalência patrimonial* (conforme exemplo acima) $50.000 - 15.000 - 12.000 - 1.500 - 900 = 20.600$.

Receitas Financeiras representam ganhos auferidos em decorrência de terceiros utilizarem os recursos da empresa, como por exemplo, rendimentos bancários.

Despesas Financeiras são os gastos decorrentes de utilizar recursos de terceiros, por exemplo, juros sobre empréstimos bancários.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro representado por *Resultado antes das receitas e despesas financeiras* adicionado das *Receitas Financeiras* e subtraído as *Despesas Financeiras* (conforme exemplo acima) $20.600 + 2.000 - 650 = 21.950$.

Tributos sobre o lucro no Brasil são o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% sobre o *Resultado antes dos tributos sobre o lucro*, quando este for superior a R\$ 20.000,00 mensal ou R\$ 240.000,00 anual deve aplicar a alíquota de mais 10% sobre o valor excedente ao limite mencionado, no exemplo o valor não excedeu os R\$ 240.000,00 anual, portando não foi calculado. Já alíquota da Contribuição Social é de 9% sobre o *Resultado antes dos tributos sobre o lucro* (conforme exemplo acima) $21.950 \times 15\% + 21.950 \times 9\% = 5.268$.

Lucro Líquido do Exercício é a diferença entre *Resultado antes dos tributos sobre o lucro* e os *Tributos sobre o lucro* (conforme exemplo acima) $21.950 - 5.268 = 16.682$. Representa o resultado final da empresa.

2.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Esta demonstração objetiva apresentar as modificações ocorridas na conta do patrimônio líquido do determinado exercício social. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido complementa o Balanço Patrimonial e a DRE.

2.3.4 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados é facultada sua apresentação, desde que apresentada a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido já que uma de suas colunas é a dos lucros ou prejuízos acumulados.

Esta demonstração possibilita a visualização do resultado do período, sua distribuição e a movimentação ocorrida no saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O principal objetivo da DLPA é demonstrar a destinação do lucro líquido

do exercício, qual a parcela distribuída aos acionistas e aquela retida pela entidade para reinvestimento.

2.3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

O objetivo desta demonstração é apresentar toda movimentação financeira, todos os recursos financeiros que entraram e todos os que saíram da entidade, permite uma visão da movimentação dos recursos financeiros da empresa. É construído a partir das informações relativas a todos os dispêndios e entradas de caixa. Auxilia na explicação de como o caixa foi afetado pelas atividades da empresa ocorridas durante determinado período.

2.3.6 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado propõe demonstrar a riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza distribuída. Ela objetiva apresentar o quanto a empresa gerou de riqueza, recursos, e como foi distribuído os recursos aos agentes que contribuíram para esta formação.

2.3.7 Notas Explicativas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e devem divulgar as informações necessárias à adequada compreensão das respectivas demonstrações. As notas explicativas devem complementar, juntamente com outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis, as demonstrações financeiras, servindo para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. Nas notas explicativas contém informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem

descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações.

2.4 O Lucro e a sociedade

Vamos conferir a definição de lucro em dois diferentes textos de referência: o Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o Dicionário.

De acordo com o CPC 00, item 4.60, “[...] lucro é o montante remanescente depois que as despesas tiverem sido deduzidas do resultado. Se as despesas excederem as receitas, o montante residual será um prejuízo”, portanto, das receitas, após, deduzir todas as despesas, o que remanesce, o que sobra, é o lucro. Caso falte, ou seja, as despesas sejam maiores que as receitas, há a presença do não lucro, o que é denominado de prejuízo.

Segundo o dicionário Michaelis “lucro” designa: “1. Interesse, proveito que se tira de uma operação comercial, industrial etc. 2. Ganho, depois de descontadas as despesas; ganho líquido”. Tais definições seriam a tradução perfeita, a par com o funcionamento em nossa sociedade sobre os sentidos do termo lucro. Assim, a presença deste termo em manchetes no jornalismo que noticia os eventos na economia do país, por sua vez, também estaria trazendo apenas uma descrição dos fatos próprios ao movimento financeiro nas empresas e instituições bancárias.

O “lucro” das empresas, que é anunciado nas manchetes de jornais, é o resultado positivo, que pode ser exibido através de uma fórmula: $\text{Lucro} = \text{Preço} - \text{Custos}$, extraído de um relatório contábil chamado Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Esta demonstração objetiva evidenciar a composição do resultado, ou seja, como ele foi auferido. Ela é apresentada de forma dedutiva e vertical, primeiro apresenta a Receita e dessa subtraem-se as despesas, para no final apresentar o resultado. De acordo com Ferreira (2012, p. 217), “Na atividade econômica, o empresário tem como objetivo principal o lucro [...]”. A contabilidade trabalha com a ideia de evidenciação, retrata o termo “lucro” como claro e transparente, ou seja, não há espaço nesse ambiente discursivo para a opacidade ou para uma interpretação outra, para uma ambiguidade, que seja, quanto ao que se afirma como “lucro”.

De nossa parte, realizando um trabalho a partir da abordagem da Análise de Discurso, cabe justamente questionar a evidência, ao fazer aparecer a opacidade em relação aos sentidos de lucro, por sobre uma naturalização em relação ao fato de que “é natural” às empresas, quaisquer que sejam, lucrar. Qual seria, pois, o outro lado desse lucro natural das empresas, de que ele provém?

Ainda com relação ao termo lucro, cabe ainda retomar a diferença de fundo entre os vocábulos em inglês e em português.⁷ Conforme citado no início deste capítulo, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis foram elaborados pela IASB (*International Accounting Standards Board*) e traduzidos para a língua portuguesa.

No português, o termo lucro provém da mesma raiz da palavra logro, definido pelo dicionário Michaelis como “engano propositado contra alguém”. No inglês, o termo *profit*, que significa lucro, tem como raiz a palavra *proficiency* que remete a ideia de eficiência. Observa-se que, no inglês, o termo é remetido a eficiência empresarial. Na língua portuguesa, lucrar e lograr vem do mesmo radical latim *lucrare*, ou seja, traz para o vocábulo um sentido de vantagens indevidas. Ao observar a definição de lucro do dicionário Michaelis “Interesse, proveito que se tira de uma operação...” o sentido despertado no termo “proveito”, exposto nesta definição, remete ao sentido logro, de tirar proveito de algo. Já a definição do CPC, que sofre a influência do termo em inglês, o Lucro é definido como “o montante remanescente”, ou seja, após tirar todas as despesas o que sobra é o lucro. Neste contexto, o sentido despertado é de eficiência, de modo que quanto maior a sobra, significa que maior foi a eficiência em controlar os gastos.

Portanto, na sua expressão em língua portuguesa, que é o que nos interessa neste trabalho, a palavra lucro produz sentidos no âmbito dessa tensão, em que se veem inscritas duas memórias de língua diversas. Pode-se reconhecer que o mesmo vocábulo pode apresentar sentidos diferentes e até opostos, dependendo dos diferentes contextos. No limite, pode-se perceber que há uma oposição tal a partir dos sentidos diferentes presentes nas duas raízes (anglo-saxã e latina), que se pode dizer que há dois lucros, um lucro limpo, obtido devido a eficiência da empresa, e um lucro

⁷ O jornalista Alair Barbosa escreveu para a revista Exame em 28/06/2000 um artigo com o tema “Lucro é Logro?” onde o autor faz um confronto entre a origem do termo utilizado pela nossa língua e pela língua inglesa.

visto como algo sujo, pois origina-se de uma ação relacionada a “enganar” outras pessoas.

Um grande problema na contabilidade é a ocultação de informações sobre o verdadeiro lucro da instituição, o que acarreta o grande volume de sonegação, principalmente no nosso país.

Podemos tentar compreender este fato por uma consideração sobre como no Brasil o pagamento de impostos foi inicialmente instituído. O Brasil Colônia pagava um percentual alto de tributos a Portugal. O imposto cobrado por nossos colonizadores sobre o ouro encontrado em suas colônias equivalia a 20%, ou seja, 1/5 (um quinto) do metal extraído, valor que, ao ser pago, era subtraído do país, pois enquanto colônia o Brasil teve um governo “além mar”. Memória presente na sociedade, principalmente empresária, não exclusiva desta, onde existe uma procura incessante por ocultação de informações (sonegação), já que permite fazer uma analogia com o governo que estava “além do mar” e atualmente continua em outro continente de consciência. A sociedade continua a doar parte do seu trabalho ao governo e ele por sua vez não retribui o básico para que esta sociedade se sinta representada, o governo apresenta viver em um mundo totalmente diferente da sociedade que o sustenta.

Porém, ancestrais já recolhiam tais contribuições em forma de agradecimento a natureza por todos benefícios que a terra lhe dava, ofertavam parte de seu rendimento às divindades, fração de sua labuta era destinada aos deuses. Após anos, o destino desta fração passou a ser direcionada aos reis, dando início à possibilidade de ocultação de informações (sonegação), pois, muitos que recolhiam as divindades passam a não concordar com a transferência da sua renda aos reis, que para eles não tinham o mesmo poder que a divindade. Sugere-se que atualmente países nos quais o povo possui maior confiança nos seus governantes (Alemanha, França, Suíça etc.) o índice de sonegação é inferior a países onde o grau de confiança no governo é pequeno, como no Brasil e na Rússia, por exemplo. Pode-se supor que haja uma relação: maior confiança, menor sonegação, menor confiança, maior sonegação.

Outro fato importante impacta diretamente o lucro das instituições financeiras: a inadimplência. No capítulo seguinte, com nossas análises, veremos que os efeitos de sentido de lucro para a sociedade, através das manchetes, articulam-se, entre outras coisas, por uma relação com os sentidos de inadimplência, junto ainda à

produção de sentidos quanto a uma “crise econômica” que se apresentaria no país. A relação crise *versus* lucro, através do recorte que fizemos em nosso trabalho, permite pensar que quanto maior for uma crise, maior será o lucro das instituições financeiras no país.

No site da *Valor Econômico* (vinte e um de março de dois mil e doze) foi propagada a seguinte manchete: *Crise coloca sob holofotes poder de mercado dos bancos*. No decorrer da notícia, a jornalista Talita Torres elucida o poder dos bancos iniciando com um confronto entre o efeito da crise de 2008, nos Estados Unidos, e o mesmo efeito da crise no Brasil, dizendo que, em nosso país, a crise só demonstrou que os bancos estão fortes, por saber administrar efeitos turbulentos como inflação, câmbio instável etc. O fato que ratifica a afirmativa do poder bancário é quando a jornalista informa que o lucro somado do Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal “atingiu R\$ 244 bilhões entre 2014 e 2017. A cifra supera todo o ganho líquido de 307 companhias não financeiras abertas no mesmo período, que alcançou R\$ 56 bilhões”.

Podemos observar, já através dessa manchete do Valor, que parece funcionar um efeito de obviedade ou transparência: o número, o dado numérico, é uma determinação tal que não deixa espaço para a interpretação, não caberia uma interpretação. Por outro lado, os montantes dimensionados em bilhões de reais nesse âmbito bancário chocam com a realidade do cidadão ou sujeito comum: a este, os valores, podemos considerar, mostram-se opacos, não se inscrevem em sua realidade, não fazem sentido no cotidiano e na vida desse sujeito.

Em relação a esse fragmento que aqui estou mencionado, ou seja, dadas as condições de produção relativas a este enunciado em específico, o lucro de proporções fora da realidade de todos foi conquistado em um período onde o Brasil passa para uma crise, cuja população passa por um momento inverso ao das instituições financeiras. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em abril de 2018, 25% das famílias possuem dívidas ou contas em atraso. É um número relevante, uma em cada quatro famílias é considerada inadimplente. As empresas, também, não ficam distantes desta realidade, conforme dados no site do Serasa Experian, em junho de 2018, são mais de 5,5 milhões de empresas inadimplentes no país, é mais de 60% das empresas do país. Conforme

informação do site, este número indica quantidade mensal de anotações de inadimplência das pessoas jurídicas que sensibilizam a base de dados da *Serasa Experian*.

Uma pessoa, seja ela física ou jurídica, pode estar endividada e não ser inadimplente. Para se enquadrar como inadimplente, é necessário estar com as dívidas vencidas e *não pagas*, ou seja, *não ter honrado com suas obrigações financeiras na data prevista*. Tal situação atinge grande parte da população na atual conjuntura do país, são empresas, governos e famílias impactados com esta situação, conforme demonstrado acima.

Por outro lado, uma pessoa ou uma empresa endividada, é aquela que possui compromissos, porém, estes estão por vencer e sendo honrados nas devidas datas. De acordo com a pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual de famílias com dívidas alcançou 60,2%, uma queda em relação aos 61,2% observados em março. A pesquisa aponta que o cartão de crédito aparece como a principal forma de compromisso relatado por 76,1% das famílias endividadas, seguidos dos carnês e, em terceiro lugar, o crédito pessoal.

CAPÍTULO 3

3 O DISCURSO FINANCEIRO EM CIRCULAÇÃO NA MÍDIA

Conforme Mazière (2007, p.14-15) “ O estabelecimento do corpus se define no contrapé da mera colagem de textos. Estamos falando da construção de um dispositivo de observação apto a revelar, a permitir apreender o objeto discurso que ele se dá por tarefa interpretar”.

Orlandi (1984) comenta que o recorte estabelece um começo, uma posição na incompletude, ele é uma unidade discursiva – fragmentos correlacionados de linguagem e situação, ou seja, recorte é um fragmento da situação discursiva. Os recortes determinam formações discursivas diferentes, pois, representam momentos diferentes do processo histórico. De acordo com Lagazzi (2007) o recorte permitirá mobilizar, na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem desconsiderar suas especificidades.

O corpus de pesquisa é constituído de manchetes entre o ano de 2015 e 2018 em jornais especializados da área econômico-financeira destinadas inicialmente a um público específico, àqueles leitores que possuem interesse nas questões financeiras. As manchetes, porém, colocam em circulação ampla, através da linguagem jornalística, atingindo um público não especialista, resultados e valores alcançados pelos bancos, que, pela escrita contábil, através do DRE, podem ser divulgados em linguagem própria à contabilidade.

Foram relacionados recortes cuja manchete principal chama a atenção para o Lucro das Instituições Financeiras situadas no Brasil. O nome destas Instituições está presente no cotidiano do brasileiro, e uma relação com estas instituições faz parte da vida do cidadão comum que paga contas, troca cheques, realiza depósitos, ou seja, as operações financeiras fazem parte da vida do cidadão comum.

As manchetes são de um período em que o Brasil passa por um crise econômico-financeira e este período entre início e meio da crise e um provável recomeço de melhora na economia brasileira, o que poderia nos despertar sentidos diferentes para essa mesma palavra, já que estamos sendo interpelados por situações, condições e períodos diferentes. Enquanto parte de um jornalismo voltado para um público específico, supõe-se leitores que tenham talvez afinidade com os termos próprios ao discurso financeiro sobre finanças e economia. Mas a formulação

do lucro pela linguagem jornalística das manchetes produz uma ampla circulação, amplia para o público geral o anúncio dos “resultados” das instituições financeiras no país.

Na procura de compreender como o termo “lucro” significa nas manchetes jornalísticas foram selecionadas manchetes que circularam em jornais especializados em finanças. No primeiro recorte, trouxemos uma manchete extraída da página do G1 Notícias, subdivisão Economia, que tem como data de circulação o dia 30/07/2015. No segundo recorte, extraído da Valor Econômico, a manchete constitui postagem do dia 28/04/2016. No terceiro recorte, a manchete foi extraída do portal SBT Notícias, subdivisão Economia, e tem como data de postagem o dia 28/03/2018.

Embora essas manchetes sejam extraídas de um contexto de jornalismo especializado, a manchete trás em linguagem jornalística o “fato” importante para o funcionamento empresarial: o lucro, a ocorrência o lucro, o crescimento do lucro, a dimensão do lucro. Considerando-se a sociedade atual como uma sociedade em que o tempo é cada vez menor, pressupomos a possibilidade de um leitor que ficará apenas com a informação da manchete. Essa possibilidade é certamente algo com que se trabalha na produção do jornalismo atual, sobretudo no jornalismo digital.

Foram relacionados recortes cuja manchete principal chama a atenção para o Lucro das Instituições Financeiras situadas no Brasil. Como dissemos, as manchetes são de um período em que o Brasil passa por uma crise econômico-financeira, e entre início e meio da crise, e um esperado recomeço de melhora na economia do país, temos a possibilidade de que diferentes sentidos se produzam para esse “lucro” das instituições financeiras, dadas as situações e condições específicas, nos diferentes períodos históricos para a sociedade brasileira e seu cidadão.

No período de lançamento da primeira manchete, julho de 2015, as condições de produção eram muito diferentes das demais. Ainda não havia estourado de vez a crise no país, a população não havia sido tão afetada com a crise, o índice de desemprego estava na casa 7,5% da população. Na segunda manchete, abril de 2016, o índice de desemprego já havia atingido 11,2%, e em março de 2018 o índice chegou a 13,1% (percentual que representa 13,4 milhões de pessoas), conforme dados da pesquisa Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) sobre população desempregada no Brasil, circulado no site G1 na data de 29/05/2018. O

índice de desemprego no fechamento de primeiro semestre de 2018 está em 12,4%, equivalente a 12,7 milhões de pessoas.

A quantidade de 13,4 milhões de pessoas é maior que a população da cidade de São Paulo, que é de 12,1 milhões de pessoas, e é duas vezes maior que a população da cidade do Rio de Janeiro, que possui 6,5 milhões de habitantes, conforme informações do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estas são as duas cidades mais populosas do Brasil.

As manchetes dos recortes 2 e 3 circularam no espaço de tempo de praticamente dois anos entre elas, manchetes que já são interpeladas pelo discurso de um país em crise, observo que a estruturação sintática e ordem das manchetes se mantém, seguindo como a determinação do Manual da Folha de S. Paulo (1984) “dramática sem perder a sobriedade”. Nas duas ressaltam o nome da instituição, o Lucro gerado em determinado período de tempo e o por último a participação dos inadimplentes no resultado das instituições financeiras.

Recorte 1 - Manchete 1 – G1

30/07/2015 10h20 - Atualizado em 30/07/2015 10h20

Bradesco tem maior lucro trimestral de sua história, diz consultoria

Do G1, em São Paulo

Recorte 2 - Manchete 2 – Valor Econômico

Valor ECONÔMICO

28/04/2016 às 07h09

Bradesco fecha trimestre com lucro menor e inadimplência em alta

Recorte 3 - Manchete 3 – Sbt Notícias

ECONOMIA

Caixa Econômica comemora lucro recorde e queda da inadimplência

O banco estatal registrou o melhor resultado da história em 2017, com um lucro líquido 200% maior comparado ao ano anterior

SBT NOTÍCIAS - 28/03/2018

Nos dois primeiros recortes, na construção do texto destas manchetes não temos um período como um ano ou um mês relativo à apuração deste lucro. As manchetes não identificam quando o lucro foi apurado, apenas ressaltam que foi em determinada fração do ano. Se não houvesse data nas manchetes, elas poderiam ser veiculadas a qualquer momento, não há fixação de momento histórico quanto à circulação das duas manchetes, o que produz um efeito atemporal para esses dizeres sobre o lucro bancário, efeito que marca, poderíamos dizer, o discurso financeiro. Na

manchete do recorte 3 não há referência de periodicidade, porém, no complemento da manchete aparece a referência “em 2017”, o que permite imaginar que seja o resultado do ano de 2017 que a Caixa Econômica Federal esteja comemorando.

O que se pode observar no recorte é uma recorrência na significação do lucro. *Lucro recorde, maior Lucro, Lucro menor* etc. são recorrências discursivas. A palavra “Lucro” permite gestos de interpretação dependendo da posição discursiva. Segundo Orlandi (2006, p.17) “O discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso. Desse modo temos a relação entre língua e ideologia afetando a constituição do sujeito”.

O lucro que circula nas manchetes propõe o efeito de um lucro significado como eficiência administrativa ou seria o sentido de logro (engano propositado contra alguém)?

Conforme os recortes destacados aqui em nossa pesquisa, o anúncio das manchetes “Caixa Econômica comemora lucro recorde” e “Bradesco tem maior lucro trimestral de sua história” produz sentidos, na posição sujeito instituição financeira, de uma grande eficiência administrativa, pois o lucro é tão significante, que se deve “comemorar”, que se deve “chancelar” o resultado apresentado. A inscrição do verbo “comemorar” permite pensar em uma relação equívoca entre dito e não dito: de que exista lucro que não se deva comemorar ou caso o lucro não fosse recorde não haveria motivos para a Caixa Econômica comemorar o resultado, se não fosse o “maior lucro trimestral da história”, não havia razão para ser confirmado por uma consultoria. O verbo “comemorar” nos coloca um questionamento, quem irá comemorar? A Caixa Econômica é uma instituição formada por acionistas – pessoas que compraram ações da empresa, ou seja, não existe um dono esta instituição. Um não dito articulado neste verbo é que “os investidores da Caixa Econômica comemoram lucro recorde”. É a uma tal classe de sujeitos, os acionistas, que se pode atribuir a comemoração de uma lucratividade tal.

Por outro lado, na posição sujeito cliente (usuário de serviços bancários), o sentido de lucro pode remeter vantagem contra alguém, sobretudo diante de um país em crise, alto índice de desemprego e uma instituição financeira “estatal” auferindo um lucro recorde, um lucro até então nunca conseguido (200% maior que o ano anterior), é sinal que a sociedade está contribuindo muito com suas fontes de

arrecadações, que são taxas e tarifas cobradas sobre os serviços ofertados a esta sociedade que se encontra envolvida em crise.

Do lugar social - sujeito empírico - de contador, profissional que estuda e elabora o relatório contábil, cujo objetivo é demonstrar o lucro para as entidades, o efeito de sentido de lucro, devido a posição ideológica do profissional, é vinculado ao sentido (in)eficiência. Dependendo do lucro e sua relação a períodos anteriores o profissional verifica se foi (in)eficiente. Caso o lucro auferido no último fechamento seja maior que períodos anteriores, há o sentido de eficiência naquele período, caso não, o sentido de ineficiência pode ser produzido. Digo que pode ser produzido, pois, alguns fatores são analisados, como cenário financeiro econômico do país e principalmente do setor que a empresa atua. O que permite pensar que exista um lucro que não seja tão bom, mesmo que o resultado seja positivo, porém, menor que o período anterior, pode produzir o sentido de ineficiência, mesmo a empresa obtendo lucro. No recorte 2, o enunciado “Bradesco fechar trimestre com lucro menor” permite o sentido de que exista um lucro mas existe um apagamento da comemoração, talvez, por não ser: o maior da história, o lucro recorde, chancelado por uma consultoria e merecedor do registro. Possibilita apenas o sentido de que existe lucro, mas existe um apagamento de que o lucro é um resultado positivo para uma instituição.

Contudo, do lugar social de pai de família, que utiliza dos créditos ofertados pelas instituições financeiras, como o Bradesco, somos afetados por outros sentidos e o efeito, que pode ser despertado, não é o mesmo de eficiência, mas permite novamente pensar sobre as vantagens indevidas, altas taxas de juros, valores de tarifas exagerados cobrados pelos bancos. As práticas abusivas, realizadas pelos bancos sobre os clientes são exemplos destas vantagens abusivas.

Quando um cliente, em um momento de dificuldade financeira, procura uma instituição bancária para solicitar um empréstimo, muitas vezes é induzido a adquirir um outro serviço em conjunto – conhecido como venda casada, como, por exemplo, um seguro, com o argumento de uma fidelidade à instituição e/ou de que a aquisição pode “baratear” os custos daquele empréstimo – estas são práticas rotineiras de uma instituição financeira. Assim, pode-se pensar que este cliente, que passou por esta situação, ao ler estas manchetes, possivelmente, não será produzido o efeito do discurso de eficiência desta instituição financeira. Nesse momento possibilita um deslocamento de sentidos, produz sentido diferente de eficiente, permite produzir o

sentido de oportunista - deslizamento do sentido de eficiência para oportunismo. Este indivíduo – o cliente – terá vivenciado uma situação corriqueira, porém ilegal, praticada pelas instituições financeiras, venda casada, de um serviço que o cliente não foi procurar.

Na sociedade, os diferentes sentidos de lucro estão presentes nas mesmas práticas comerciais e financeiras, seja de logro ou de eficiência. Ora, para um trabalhador assalariado, ao ver que parte do seu labor está sendo direcionado a grandes instituições financeiras, o lucro poderá significar “logro”, ora, para esse mesmo trabalhador, ao assistir a uma chamada de televisão, em que a lucratividade das empresas e bancos é anunciada, o lucro poderá significar de algum modo uma eficiência, não só porque existe um processo de naturalização do lucro presente na sociedade, mas, mais ainda, porque se associa o bom ou mal desempenho do mercado, com a economia em geral e portanto com um bem estar social também. A naturalização do lucro permite sentido lá de que as instituições financeiras lucram, as empresas lucram e os lucros devem crescer. A naturalização do lucro é pensar que o lucro é natural ao negócio. Que ao pensar sobre o resultado de uma empresa seria inevitável não pensar em lucro.

A primeira manchete, recorte 1, produz efeito de evidência de que aquele resultado foi muito representativo para a empresa. Este efeito, no caso, produz-se, na formulação em questão, não apenas porque a manchete afirma o maior lucro, mas também porque essa afirmação é trazida como discurso indireto, na “voz” da consultoria: ao final, com a expressão “diz consultoria”, marca-se o enunciador desta afirmação como sendo um sujeito gabaritado para tal afirmação. Assim, a formulação do texto implica em uma afirmação que o jornal traz enquanto uma informação ao leitor que o jornal, que é endossada, o que reforça a credibilidade quanto ao fato: “não sou eu quem está afirmando, são pessoas gabaritadas para tal”. A afirmação deste importante lucro é, pois, mais crível ao leitor se se pode trazer a voz de uma entidade gabaritada, como no trecho em questão.

Outro fato que produz sentido de que na formulação do texto da manchete propõe grande importância ao lucro, é afirmar que é o maior lucro trimestral da História, não é qualquer lucro, não é apenas um lucro grande, não é um lucro melhor que o período anterior, é melhor lucro trimestral supostamente ainda não vivenciado na história do Bradesco, o que é marcado pelos sentidos de recorde. Quando este

“novo” recorde é anunciado, propõe o silenciamento de um “antigo” recorde de lucro já tenha existido. E que este montante de lucro sempre tende a aumentar, sempre tende a ser maior, propondo que sempre novos lucros recordes podem vir a existir.

Na segunda manchete - da Valor Econômico - a afirmativa do lucro é menos contundente, o termo inadimplência surge para complementá-la e indica que o país começa a sofrer o efeito da crise, que as demonstrações contábeis já estão sendo impactadas pela crise econômica, também, já não existe mais alguém chancelando o resultado. Com o termo inadimplência, introduz-se na relação com o lucro, um determinado sujeito: o inadimplente, ou seja, aquele sujeito que deixou de cumprir uma obrigação junto ao banco.

Na formulação da manchete, surge o inadimplente na construção de um sujeito que interfere, diretamente, no resultado da instituição. Este sujeito aparece nomeado, na forma de negação *inadimplente*. São termos jurídicos adimplente e inadimplente, que dizem respeito ao sujeito que cumpre ou não cumpre com uma obrigação, mas é interessante observarmos que a palavra adimplente não é tão conhecida, não circula tanto quanto a palavra inadimplente, que fica mais marcada pelas obrigações financeiras: o inadimplente é aquele que não paga suas dívidas. A formulação do texto na manchete produz um paralelo entre um aumento do lucro (lucro recorde) e uma queda da inadimplência.

As instituições financeiras, nas suas escritas contábeis, reconhecem os valores dos inadimplentes no resultado do período. O nome técnico desta despesa - valor que reduz o lucro da empresa - é Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, onde os critérios para a escrituração contábil seguem a Resolução Nº 2.682 – Banco Central do Brasil (cf. Anexo 3).

A formulação da manchete indica um gesto de interpretação, marcado pela referência à inadimplência, uma situação de crise financeira, procura trazer a informação com um enfoque negativo, enfatizando a inadimplência. Mobiliza o sentido de que o recorde experimentado no ano anterior, já não é mais motivo de troféus, de marco histórico e muito menos um lucro que necessita ser chancelado por terceiros, já não é mais o melhor lucro da história.

Na composição da manchete do recorte 3, a afirmação de “queda da inadimplência” produz sentidos de que o país está melhorando, superando a crise, pois supõe-se que esta queda da inadimplência está indique que é provável que a

população conseguirá arcar com suas obrigações em dia. A este enunciado, podemos contrapor o anúncio, circulado no dia 18/04/2018, no site do DCI (Diário Comércio Indústria & Serviços), que traz a notícia de que as provisões que as instituições financeiras fazem para cobrir eventuais perdas por falta de pagamento (inadimplência) será menor esse ano. O anúncio propõe, também, a queda da inadimplência que circula por meio do SBT Notícias e caso sejam confirmadas as expectativas de redução da inadimplência, o resultado esperado, dentro das instituições financeiras, é um lucro ainda maior.

Podemos propor, quanto ao texto da manchete “Caixa Econômica comemora lucro recorde e queda da inadimplência”, uma pequena alteração, para “Caixa Econômica comemora lucro recorde e alta da inadimplência”. Observa-se que se mantém ainda o efeito produzido anteriormente de festa, de comemoração com o grande resultado obtido, porém, produz-se outro sentido em relação a superação da crise, produz-se o sentido de que a crise ainda está enraizada no Brasil, de que o país ainda está passando por uma crise econômica, já que a inadimplência continua em alta, sentido despertado no recorte 2, do Banco Bradesco, manchete que integra em sua formulação a menção à inadimplência.

Em relação a critérios de avaliação de crédito, segundo Roberto Vertamatti, diretor de economia da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade): “No momento de conceder o crédito, o banco olha para a perspectiva do cliente com relação às possibilidades de pagamento do empréstimo. Se o ambiente é de desemprego, de inadimplência, eles ficam totalmente desestimulados para emprestar”. (Reportagem Canal R7, Economia, circulada em 31/07/2017).

Com isso, imagina-se que as instituições financeiras, com o decorrer da crise presente no país, desde 2016, estejam mais criteriosas para liberação de créditos, ou seja, libera-se crédito para pessoas que possuam grande liquidez (capacidade de pagamento). Tal atitude faz com que o risco diminua, pois, o valor liberado foi muito estudado antes de estar disponível ao cliente. Só consegue obter e manter créditos aquelas pessoas que conseguem seguir rigorosamente as exigências para liberação do crédito, já que o ambiente de crise desestimula a instituições conceder créditos. Portanto, diante das considerações quanto às práticas de financiamento em uso corrente, a “queda da inadimplência” pode produzir sentido de que os bancos estão

mais criteriosos para geração de crédito, diferentemente do sentido proposto em um primeiro momento de melhora na economia do nosso país. Em relação a queda da inadimplência, para o público da área, que acompanha as informações sobre as instituições financeiras estarem mais criteriosas, o sentido produzido não é de melhora da situação financeira do país, de saída da crise financeira que o Brasil se encontra, mas sim o sentido de que as instituições estão avaliando melhor os riscos e com isso, por serem avaliações mais criteriosas a inadimplência está melhorando. As instituições não querem perder dinheiro e o rigor na liberação de crédito as possibilitam diminuir os riscos, ou seja, a possibilidade de perda financeira.

Para aquele público leigo - indivíduos não acompanham as manchetes da área financeira - a queda da inadimplência permite produzir o sentido de eficiência Estatal. De que o Brasil está superando a crise e está muito bem, pois a poluição está conseguindo honrar com suas dívidas em dia.

Observamos nos três recortes o sujeito inadimplente significando de formas diferentes. No primeiro recorte este sujeito é silenciado, como se ele não existisse até então, como se todas as pessoas estivessem honrando com suas obrigações financeiras em dia. No segundo recorte surge o inadimplente, ele surge de forma negativa, como o sujeito que atrapalha os lucros das instituições financeiras, despertando o sentido de que a crise está sendo sentida pela sociedade. No terceiro recorte, propõe, que o Estado está melhorando, silenciando uma crise estatal, já que um banco do estado auferiu lucro recorde e o sujeito inadimplente está atrapalhando “menos” os resultados das instituições. Percebe-se nos recortes que o termo crise é oculto, ele é silenciado, em nenhum momento ele aparece para anunciar que o Estado não está bem, que a população não está conseguindo honrar com suas dívidas devido ao desemprego. O desemprego no período analisado sobe de 7,5% para 13,1% da população, isto indica um aumento de aproximadamente 75% de desemprego no período, ou seja, se em uma família de 100 pessoas, em 2015, haviam 8 desempregados em 2018 o número passou para 13 pessoas desempregadas.

Quando analisamos os dois enunciados que referem sobre os valores dos lucros, propõe que os veículos de comunicação - G1, Valor Econômico e SBT Notícias - trabalham no campo da evidência, com o sentido já lá, não somente quando este sentido está sobre o termo lucro, mas também, quando se fala em valores monetários. Pois ao mencionar bilhões ou milhões imagino que não significa nada para a maior

parte da população, mesmo os leitores especializados em finanças, o leitor virtual – o leitor para quem se direciona o texto ao redigi-lo – a produção de sentido não acontece, imagino que a taxação monetária seja opaca, devido os valores mencionados não serem corriqueiros para a maior parte das pessoas. Uma pequena fração da população é afetada pela dimensão dos valores expostos. Uma relação diferente desta das mídias especializadas é quando veículos de comunicação, não especializados em finanças, circulam notícias sobre valores. Eles procuram utilizar de mecanismos de relação, de proporção dos valores mencionados. No final do ano, no jogo da loteria federal, a mega sena, os noticiários de televisão utilizam da equivalência para noticiar o que seria possível comprar com aquele valor. Com o valor do prêmio é possível comprar que com o valor do prêmio seria possível 5.000 carros populares ou 200 casas, por exemplo. Propõe que neste tipo de anúncio não seja da ordem da evidência, conforme os analisados.

Os lucros das instituições financeiras podem ser sempre maiores quando o país estiver passando por uma crise econômico-financeira. A redução de vendas, devido à falta de recursos da população, faz com que o mercado, cada vez com menos giro de recursos, procure soluções para complementar sua entrada de caixa, ou seja, complementar a entrada de dinheiro para conseguir honrar suas dívidas, e a situação indica que os empresários tendem a procurar as instituições financeiras para obtenção de recursos que complementem a receita dos seus negócios. O aumento desta possível solução de complemento de renda possibilita que as instituições financeiras estejam, cada vez mais, fornecendo serviços aos seus clientes, seja pessoa física ou jurídica, o que pode colaborar com um aumento, cada vez maior, dos lucros destas empresas.

Ao utilizar a paráfrase - uma forma diferente de dizer o mesmo, conforme Orlandi (2007c), paráfrase é a reiteração do mesmo - como recurso para interpretar as duas manchetes, com termos que determinam uma periodicidade da apuração do resultado, pode-se observar que nesse jogo entre o mesmo e o diferente, o imaginário trabalha na constituição do sentido de que os bancos sempre têm lucros, de que eles foram criados para gerarem lucros para seus acionistas – donos -, e que sempre será anunciado o lucro, independente da época que ele é calculado.

Bradesco tem maior lucro trimestral da história.

Bradesco tem maior lucro mensal da história.

Bradesco tem maior lucro Ø da história.

Bradesco fecha trimestre com lucro menor

Bradesco fecha mês com lucro menor

Bradesco fecha Ø com lucro menor

Observa-se que, nas diferentes construções, um mesmo sentido de que os bancos possuem lucros permanece, mesmo com as alterações das estruturas que determinam ou não o período de tempo, como, por exemplo, trimestre, mês ou Ø. Até mesmo quando o termo que determina tempo foi excluído, na paráfrase, o sentido de que os bancos possuem lucros não é alterado. Conforme Orlandi (Pêcheux, 1969 apud Orlandi, 2010a, p.27) “[...] deslizamento de sentido de x e y é constituído do sentido designado por x e por y”. Com isso propõe que já está lá o sentido de que o Banco sempre obterá lucro. Na paráfrase realizada a fração do ano que o lucro foi auferido passa quase que despercebida, sendo o foco direcionado a anunciar o lucro, independente do período que ele foi realizado, fazendo parte do processo natural de que os bancos lucram, de uma naturalização do lucro.

Ao analisarmos as distintas formulações, pela substituição do nome das instituições financeiras, percebemos que os sentidos em relação as instituições financeiras sempre lucrarem permanece, não se alteram os sentidos, há como que uma continuidade ou indistinção entre um nome e outro.

Bradesco tem maior lucro trimestral da história.

Banco do Brasil tem maior lucro trimestral da história.

Bradesco fecha trimestre com lucro menor

Santander fecha trimestre com lucro menor

Caixa Econômica Federal comemora lucro recorde

Itaú Unibanco comemora lucro recorde

A naturalização do lucro presente no discurso capitalista/financeiro é corroborada por esse exercício de substituição dos nomes: as alterações reforçam os sentidos de um lucro sempre esperado, sempre presente, funcionando no atemporal,

um lucro anunciado que faz ecoar o imaginário de que a função destas instituições será sempre gerar lucro, mesmo quando a manchete traz uma instituição financeira estatal.

Proponho agora uma outra reescrita:

Caixa Econômica Federal comemora lucro recorde

Petrobras comemora lucro recorde

O efeito de naturalização do lucro não se mantém, proponho que produz um efeito de estranheza, mesmo que seja também uma organização estatal, assim como a Caixa Econômica Federal. Essa substituição é interessante na direção de verificarmos como as condições de produção agem quanto aos sentidos, dados os discursos em circulação. Este efeito é provado devido ao histórico recente de corrupção da Petrobrás, por fazer parte de um dos maiores casos de corrupção no mundo, conforme Uol notícias, do dia 10/02/2016. Conforme Orlandi (2015), o discurso carrega em si sentidos e efeitos diferentes e são acompanhados pela história, pela memória provocando diferentes sentidos, baseado nas diferentes condições de produção. Esta história da empresa é fato de conhecimento da maior parte da população, pois circulou pelas mídias especializadas e não especializada em finanças. O sentido produzido ao se anunciar o resultado desta empresa é de prejuízo, devido ao fato ocorrido, então, para esta empresa, houve uma naturalização inversa das instituições financeiras, para a Petrobras houve a naturalização do “não lucro”, ou seja, do prejuízo. Conforme a *Folha de S. Paulo*, do dia 15/03/2018, Petrobrás em 2017 completa quatro anos de prejuízo.

Recorte 4 – G1 (texto da notícia que pertence a Manchete do Recorte 1)

“O banco Bradesco atingiu seu maior lucro trimestral na história, segundo levantamento da consultoria Economatica. A instituição financeira anunciou ter registrado lucro líquido contábil de R\$ 4,473 bilhões no segundo trimestre de 2015, após atingir R\$ 4,244 bilhões nos três meses anteriores”.

Recorte 5 – Valor Econômico (texto da notícia que pertence a Manchete do Recorte 2)

“O lucro líquido contábil foi de R\$ 4,121 bilhões, com queda de 2,9% na comparação anual”.

“A receita de prestação de serviços totalizou R\$ 6,405 bilhões, o que representa aumento de 11,5% em relação ao primeiro trimestre do ano passado”.

As manchetes “Bradesco tem o maior lucro trimestral de sua história” e “Bradesco fecha trimestre com lucro menor” permite pensar que ocorreu uma queda significativa no lucro da instituição. Produz sentido de que a crise, que está presente na constituição do enunciado do lucro menor, do lucro que não histórico, está enraizado no Brasil e até o Bradesco, que no ano anterior obteve o maior lucro trimestral da história, foi afetado por ela. O sentido de um lucro não comemorável é desestabilizado ao analisar no recorte 4 que o lucro recorde foi de R\$ 4,473 bilhões contra R\$ 4,121 bilhões no ano de lucro menor. Ocorreu uma queda de aproximadamente 8% entre o lucro recorde e o não recorde. Uma alteração muito pequena comparada ao aumento de mais de 35% do desemprego entre os anos de 2015 e 2016, conforme dados da pesquisa Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) sobre população desempregada no Brasil, circulado no site G1 na data de 31/01/2017.

As condições de produção de um país em crise, com alta do desemprego, podem significar este como um bom lucro, ao contrário de um lucro ruim, já que não é algo histórico. Nesse sentido, significaria que o banco está na contramão da crise, na contramão do país. Provoca o sentido, já mencionado acima, de que em época de crise os bancos lucram mais.

No recorte 5, informa-se a receita do banco – vale ressaltar que receita é o valor total de todos os serviços e produtos ofertados pela instituição – constituindo-se o sentido de que a instituição apresentou aumento de 11,5% em relação aos dois períodos, ou seja, a empresa conseguiu prestar mais serviços, ela faturou mais no ano do lucro não recorde. Nos demonstrativos circulados da instituição, sugere que a escrituração de R\$ 5,448 bilhões no resultado do período, como despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – termo técnico da inadimplência – foi um valor que pode ter interferido em um lucro não recorde. Um lucro que produz o sentido de que não comemoração, de desdenhar, pois circula que ele não é o maior da história.

Recorte 6 – Sbt Notícias (texto da notícia que pertence a Manchete do Recorte 3)

O banco estatal registrou o melhor resultado da história em 2017, com um lucro líquido 200% maior comparado ao ano anterior

Nas manchetes do discurso capitalista/financeira os números estão sempre presentes, há sempre uma recorrência discursiva das proporções numéricas, ora apresentado em moedas correntes do país, ora apresentado em percentuais. O que significa essa presença dos números ou porcentagens? Talvez para a prática jornalística isso torne o texto mais objetivo. Propõe que o número, neste caso, seja para ratificar a magnitude dos lucros.

No recorte 6 o número está presente em forma percentual, o efeito produzido é de um aumento “muito maior”, expressivo, no lucro em comparação ao ano anterior. Observo que ao parafrasear “200% maior comparado com o ano anterior” com:

5% maior comparado ao ano anterior

10% maior comparado ao ano anterior

15% maior comparado ao ano anterior

O efeito provocado de um grande aumento no lucro não se mantém. Supõe que exista o lucro, porém, a “comemoração” deixa de existir, pois, as pequenas variações de um ano para o outro provocam sentidos de alterações normais, comuns e até mesmo rotineiras para uma instituição financeira. Mesmo parafraseado com 100% maior, ainda provoca sentido outro de grandiosidade de crescimento, pois, 200% é o dobro e o lucro ainda é muito maior.

O efeito produzido de grandiosidade não se mantém ao parafrasear os valores com expressões não numéricas.

bem maior comparado ao ano anterior

muito maior comparado ao ano anterior

maior comparado ao ano anterior

Produz o sentido de existir o lucro, mas os motivos da comemoração acredito que deixem de existir, as variações não produziram o efeito de magnitude do lucro como quando usado a expressão numérica de 200%.

O recorte 6 inicia-se com o seguinte texto: “O banco estatal registrou o melhor resultado da história em 2017”. A palavra “registrou” produz sentidos de veracidade ao valor encontrado, de ser algo tão importante que é necessário o registro. O efeito de pré-construído é de que só pode ser real, verdadeiro o aumento anunciado se ele for registrado, através do registro o banco consegue a confiança de que aquilo é real. Ao realizar a paráfrase:

O banco estatal demonstrou o melhor resultado da história em 2017

O banco estatal anunciou o melhor resultado da história em 2017

O banco estatal apurou o melhor resultado da história em 2017

O sentido de cancelar o fato de ser um lucro histórico é deslizado para o sentido de simplesmente anunciar que o lucro foi melhor que o outro, o demonstrar traz sentido de indicar o resultado, já o anunciar provoca o sentido de fazer conhecer, de manifestar sobre o melhor lucro e o apurar produz sentido de conseguir, obter o melhor resultado, sentido outro provocado pelo termo registrar, que produziu o sentido de validar algo que é importante para a história do banco.

No recorte 6, “o banco estatal registrou o melhor resultado da história”, produz sentido que de o Estado está bem, de que não existe crise no estado ou se houver está em sua fase final, muito controverso com a situação da população que se encontra em nível elevado de desemprego.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo “lucro” é presente rotineiramente na nossa sociedade e propagado pelas mídias especializadas e não especializadas em finanças, termo que permite gestos de interpretação dependendo da posição discursiva em jogo. Da posição da instituição financeira, são produzidos sentidos de eficiência administrativa, de sucesso, de objetivos atingidos, pois o resultado positivo obtido seria reflexo de um eficiente funcionamento administrativo da instituição. Da posição do cliente, outros sentidos podem se produzir, considerando-se notadamente os sentidos de vantagem: ou seja, tem aquele que precisa do dinheiro (precisa de crédito) e aquele que pode oferecer dinheiro emprestado (oferecer crédito), mas não sem um ganho – e tais necessidades de clientes podem se mostrar crescentes, em um país em crise, por exemplo, como o período em que realizamos o levantamento do corpus de nosso trabalho. Nota-se, de fato, em um período como este, de crise, que as instituições financeiras do país auferiram lucros inéditos.

O lucro é o resultado positivo de uma operação mercantilista. Pela historicidade das transações mercantilistas, como apresentei aqui neste trabalho, o lucro se origina inicialmente do escambo, isto é, um período marcado pela troca de Mercadoria por Mercadoria, em que se institui, em um dado momento, uma Mercadoria que podia ser trocada por todas as demais Mercadorias, que era o Ouro, uma mercadoria que simboliza a troca entre mercadorias, o dinheiro. Este é um momento importante nesse processo discursivo, mostrando-se aí um deslocamento: então, primeiro instala-se a formulação Dinheiro = Mercadoria e em seguida o processo histórico do capitalismo apresenta mais um deslizamento, passando-se desta formulação para Dinheiro = Mercadoria e Mercadoria = Mais Dinheiro. Neste último deslizamento, o termo Mais permite pensar o lucro nos dias atuais, o resultado positivo auferido pelas instituições financeiras.

No decorrer desta dissertação, levantei um questionamento sobre a possibilidade de pensar em uma economia que não fosse a capitalista. Com o término do trabalho, penso que, na atual conjuntura, especialmente quanto a nosso país, não se mostra possível, viável, uma economia diferente desta, que podemos parafrasear como a circulação de Dinheiro = Mercadoria e Mercadoria = Mais Dinheiro. Tais sentidos da economia encontram-se naturalizados por esta sociedade, a capitalista,

apresentando-se nela de modo onnipresente, totalitário, bem como o lucro – mais dinheiro.

A dissertação possibilitou pensar, sobretudo, a contabilidade como a tecnologia do capitalismo. A escrita contábil é produzida em/por documentos nomeados “demonstrações”, resultando em elementos numéricos e, como tal, funciona através de um imaginário de transparência dos sentidos: não caberia interpretação quanto ao que se coloca em cifras. Dessa forma, ao trabalho do contador, associa-se um sentido “técnico”, muito embora este profissional esteja na base do funcionamento da economia, movimentando-o, nessa nossa feição capitalista, assegurando às empresas pagar o menor imposto possível e auferir o maior lucro possível. Para que o contador e a contabilidade apresentem-se em um sentido técnico, o que se paga são seus sentidos políticos. Acredito que esta dissertação pode trazer um pouco à tona sobre os sentidos políticos dessa prática, através da suspensão da transparência dos sentidos do lucro, através da sua interrogação, que foi o percurso que realizamos aqui.

O termo lucro, a partir do contexto das formulações das manchetes presentes no jornalismo econômico, produz sentidos para a economia, pautado em um efeito de transparência para o próprio termo, e produz sentidos para a sociedade de modo geral. A afirmação do lucro, expressa em uma dimensão, seja aproximativa, numérica ou percentual, ao ser assim anunciada, relativamente às instituições financeiras – dado o corpus, da presente pesquisa – produz sentidos diferentes, nos diferentes contextos históricos. Um elemento interessante de se observar é a forma como o sujeito inadimplente é ou não introduzido no título.

Pude perceber que, na primeira manchete, momento anterior à crise, o lucro anunciado pelo Bradesco como “maior lucro trimestral da história”, não havia a preocupação com a pessoa do inadimplente, mesmo ele existindo, há um silenciamento sobre a existência do inadimplente no resultado da instituição. Nas demais chamadas, porém, momento histórico de crise financeira, as manchetes já mencionam este sujeito, silenciado anteriormente. O termo “inadimplente” em si mesmo já aponta para o sentido de “crise”, de modo que a sua inscrição produz uma leitura da crise, como sendo uma população que vai influenciar os resultados financeiros – mesmo em um momento de lucro recorde pela Caixa Econômica Federal surgem os inadimplentes.

Nas manchetes que propagam o lucro das instituições financeiras o que está presente é o discurso capitalista, o discurso do capitalismo, o discurso do Mais Dinheiro. Produzindo sentidos de que as instituições financeiras, assim como as demais empresas, produzem a finalidade básica de gerar lucro. Mesmo em um cenário de crise estatal, como as condições de produções do presente trabalho, o sentido produzido é de que as instituições financeiras devem gerar lucro constantemente, independente das situações financeiras que seus clientes estão vivendo. Enquanto o índice do desemprego aumentou durante o período, as instituições financeiras comemoram lucros recordes, históricos, valores inéditos para as instituições financeiras, como ocorreu com a Caixa Econômica Federal e o Banco Bradesco. O que sugere uma relação de oposição, os bancos deixam de lucrar quando o país se estabiliza economicamente, o que nos faz pensar que não é de interesse das instituições financeiras a estabilidade econômica.

O lucro aparece nas manchetes como sentido já lá, produzindo efeito de completude, de transparência e, ao mesmo tempo, opacidade. Nas manchetes, o lucro aparece de forma natural - naturalização do lucro -, produz sentido de que o lucro sempre está presente no resultado das instituições financeiras e que elas foram criadas para acumulá-los sempre mais. Permite pensar que sempre existe um “novo” lucro recorde a ser comemorado pelos seus acionistas (donos) e esta comemoração sempre ocorrerá.

Outra observação importante no decorrer do trabalho é a presença do sentido atemporal nas manchetes. Neste discurso capitalista, a marcação de uma data específica não é utilizada, observou-se que existe uma referência de período como, por exemplo, último trimestre, porém, não existe a preocupação em fixar, firmar precisamente uma data, demonstrando o sentido atemporal presente no discurso. As manchetes poderiam circular em qualquer momento que a produção de sentido de que as instituições financeiras devem lucrar iria se repetir, já que nas manchetes o sentido de atemporalidade é produzido. Acredito que esta questão esteja associada a uma posição de superioridade das instituições financeiras, como se fosse próprio da instituição financeira o lucro e próprio delas também a posição de independência que a coloca em um lugar que possibilite ditar as regras do lucro, do capitalismo.

As cifras que, como foi observado nesta dissertação, apresentam números que funcionam discursivamente como montantes muito difíceis, para o grande público, de

imaginar de forma concreta. Assim as instituições financeiras assumem uma posição hierárquica acima do conjunto socioeconômico e a mídia reforça e legitima essa posição.

No decorrer do período dos recortes observa-se que a crise financeira que o país enfrentou, e ainda enfrenta, ela é referenciada nestas manchetes através do aparecimento do indivíduo inadimplente. A inadimplência é trazida nas manchetes produzindo sentido de que as pessoas que não honraram com seus pagamentos em dia atrapalharam o resultado destas instituições, mesmo no momento que o lucro foi recorde, os inadimplentes são referenciados, produzindo sentido de que o país ainda se encontra em crise.

Sendo assim, espero que com este trabalho, assim como todo trabalho de mestrado é um trabalho em andamento, possa despertar, produzir novas reflexões e fornecer material de apoio para a realização de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC**: atende à programação do 1º ano dos cursos de ciências contábeis, administração de empresas e economia. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 9ª edição, São Paulo: Atlas, 2010.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccenelli Orlandi. 3ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 4ª edição. São Paulo: IOB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Publicada no DOU em 28 de dezembro de 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Publicada no DOU em 17 de dezembro de 1976.

CAMARGO, Renata Freitas de. **Diferenças entre Padronização x Convergência x Harmonização Contábil: explicamos tudo aqui!**, abril 2017, Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/diferenca-padronizacao-x-convergencia-x-harmonizacao-contabil/>>. Acesso em: 29 de maio 2018.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. 25ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução Nº 750/93**. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília, 1993.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução Nº 1.055/05**. Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – (CPC), e dá outras providências. Brasília, 2005.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução Nº 1.282/10**. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília, 2010.

CHADE, Jamil. **Empresas brasileiras sonegam quase um terço dos impostos**, janeiro 2017, Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,evasao-fiscal-no-brasil-chega-a-27-do-total-arrecadado,70001631710>>. Acesso em: 15 de maio 2018.

CHING, Hong Yuh. **Contabilidade e finanças**. São Paulo: Pientice Hall, 2003.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R1). **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília, 2011.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 26 (R1). **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2011.

FERNANDES, Cláudio. **"Invenção da imprensa"**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/historiag/invencao-imprensa.htm>>. Acesso em 25 de julho de 2018.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia**. Entremeios: revista de estudos do discurso. v.11, jul- dez./2015.

FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade Básica**: finalmente você vai aprender contabilidade. 9ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2012.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual Geral de Redação**. São Paulo, 1984.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar social ao lugar discursivo**: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso (2.: 2005: Porto Alegre, RS) Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre : UFRGS , 2005. Disponível em:<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html> ISSN 2237-8146 Acesso em: 10/08/2018.

GUIRALDELLI, Lisângela; PEREIRA DE SÁ, Maísa.. **Estudando os efeitos da ambiguidade no discurso jornalístico manchete**. Entrepalavras. Fortaleza - ano 4,

v.4, n.1, p. 82-98, jan/jun 2014. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/343/242>
ISSN 2237-6321 Acesso em: 15/08/2018.

IUDICIBUS, Sérgio et al. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: Para o Nível de Graduação. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIBUS, Sérgio et al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

LAGAZZI, Suzy. **O Recorte Significante na Memória**. III Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Universidade Estadual de Campinas. 2007.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. 18ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise de Discursos**: história e práticas. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NIYAMA, Jorge; SILVA, César Augusto. **Teoria da Contabilidade**, 3ª edição, São Paulo: Atlas, 2013

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **“Segmentar ou recortar?”**. Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo, Cortez: Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso, Imaginário Social e Conhecimento**, Brasília: Em Aberto, 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª edição, Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2007a.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é Lingüística**. 17 reimpr. da 1ª edição, São Paulo: Brasiliense, 2007b.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Paráfrase e Polissemia a Fluidez nos Limites do Simbólico**. Campinas: Rua, 2007c.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Introdução as ciências da linguagem** – Discurso e textualidade – Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (Orgs). 2ª edição: Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2010a.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise De Discurso**: Princípios & Procedimentos. 9ª edição, Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2010b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Papel da Memória**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel, 1938-1983. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento / Michel Pêcheux; Tradução Eni Piccunelli Orlandi. – 3ª Edição – Campinas, SP: Pontos, 2002.





































SÁ, Antônio Lopes de. **Luca Pacioli**: um mestre do renascimento. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004.

SANTOS, Fernando Almeida et al., **Contabilidade - Com Ênfase Em Micro, Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

ANEXOS

Anexo 1 – Exemplos de fichas de barro

Formato da ficha de barro	Pictográfico	Tradução
		1. <u>Animais</u> : cordeiro
		carneiro
		vaca
		cachorro
		2. <u>Alimentos</u> : pão
		óleo
		doce-mel
		cerveja
		leite de cabra
		3. <u>Têxteis</u> : tecido
		lã
		peça de vestuário
		corda
		tapete
		4. <u>Recipiente</u> : celeiro
		5. <u>Mercadorias</u> : perfume
		metal
		pulseira-anel

Fonte: Schmandt-Bessart (1992) apud Schmidt (2010, p.21)

Anexo 3 – Resolução Nº 2.682 – Banco Central do Brasil - Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 2682

Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 21 de dezembro de 1999, com base no art. 4º, incisos XI e XII, da citada Lei,

RESOLVEU:

Art. 1º Determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:

- I - nível AA;
- II - nível A;
- III - nível B;
- IV - nível C;
- V - nível D;
- VI - nível E;
- VII - nível F;
- VIII - nível G;
- IX - nível H.

Art. 2º A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

- I - em relação ao devedor e seus garantidores:
 - a) situação econômico-financeira;
 - b) grau de endividamento;
 - c) capacidade de geração de resultados;

Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- d) fluxo de caixa;
- e) administração e qualidade de controles;
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) contingências;
- h) setor de atividade econômica;
- i) limite de crédito;

II - em relação à operação:

- a) natureza e finalidade da transação;
- b) características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
- c) valor.

Parágrafo único. A classificação das operações de crédito de titularidade de pessoas físicas deve levar em conta, também, as situações de renda e de patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor.

Art. 3º A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificação diversa para determinada operação, observado o disposto no art. 2º, inciso II.

Art. 4º A classificação da operação nos níveis de risco de que trata o art. 1º deve ser revista, no mínimo:

I - mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue:

- a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;

Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

g) atraso superior a 180 dias: risco nível H;

II - com base nos critérios estabelecidos nos arts. 2º e 3º:

a) a cada seis meses, para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido ajustado;

b) uma vez a cada doze meses, em todas as situações, exceto na hipótese prevista no art. 5º.

Parágrafo 1º. [\(Revogado pela Resolução 2.697, de 24/02/2000.\)](#)

Parágrafo 1º Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I. [\(Parágrafo renumerado pela Resolução 2.697, de 24/02/2000.\)](#)

Parágrafo 2º O não atendimento ao disposto neste artigo implica a reclassificação das operações do devedor para o risco nível H, independentemente de outras medidas de natureza administrativa. [\(Parágrafo renumerado pela Resolução 2.697, de 24/02/2000.\)](#)

Art. 5º As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ser classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil poderá alterar o valor de que trata este artigo. [\(Redação dada pela Resolução 2.697, de 24/02/2000.\)](#)

Art. 6º A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos:

I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;

II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;

III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;

V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;

Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;

VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;

VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

Art. 7º A operação classificada como de risco nível H deve ser transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

Parágrafo único. A operação classificada na forma do disposto no caput deste artigo deve permanecer registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

Art. 8º A operação objeto de renegociação deve ser mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, observado que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H.

Parágrafo 1º Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

Parágrafo 2º O ganho eventualmente auferido por ocasião da renegociação deve ser apropriado ao resultado quando do seu efetivo recebimento.

Parágrafo 3º Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Art. 9º É vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos.

Art. 10. As instituições devem manter adequadamente documentadas sua política e procedimentos para concessão e classificação de operações de crédito, os quais devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil e do auditor independente.

Parágrafo único. A documentação de que trata o caput deste artigo deve evidenciar, pelo menos, o tipo e os níveis de risco que se dispõe a administrar, os requerimentos mínimos exigidos para a concessão de empréstimos e o processo de autorização.

Art. 11. Devem ser divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras informações detalhadas sobre a composição da carteira de operações de crédito, observado, no mínimo:

Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

I - distribuição das operações, segregadas por tipo de cliente e atividade econômica;

II - distribuição por faixa de vencimento;

III - montantes de operações renegociadas, lançados contra prejuízo e de operações recuperadas, no exercício.

Art. 12. O auditor independente deve elaborar relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras.

Art. 13. O Banco Central do Brasil poderá baixar normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução, bem como determinar:

I - reclassificação de operações com base nos critérios estabelecidos nesta Resolução, nos níveis de risco de que trata o art. 1º;

II - provisionamento adicional, em função da responsabilidade do devedor junto ao Sistema Financeiro Nacional;

III - providências saneadoras a serem adotadas pelas instituições, com vistas a assegurar a sua liquidez e adequada estrutura patrimonial, inclusive na forma de alocação de capital para operações de classificação considerada inadequada;

IV - alteração dos critérios de classificação de créditos, de contabilização e de constituição de provisão;

V - teor das informações e notas explicativas constantes das demonstrações financeiras;

VI - procedimentos e controles a serem adotados pelas instituições.

Art. 14. O disposto nesta Resolução se aplica também às operações de arrendamento mercantil e a outras operações com características de concessão de crédito.

Art. 15. As disposições desta Resolução não contemplam os aspectos fiscais, sendo de inteira responsabilidade da instituição a observância das normas pertinentes.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2000, quando ficarão revogadas as Resoluções nºs 1.748, de 30 de agosto de 1990, e 1.999, de 30 de junho de 1993, os arts. 3º e 5º da Circular nº 1.872, de 27 de dezembro de 1990, a alínea "b" do inciso II do art. 4º da Circular nº 2.782, de 12 de novembro de 1997, e o Comunicado nº 2.559, de 17 de outubro de 1991.

Brasília, 21 de dezembro de 1999

Arminio Fraga Neto

Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999.